



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**O CONHECIMENTO POR *ACQUAINTANCE* EM BERTRAND
RUSSELL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Denise Borchate

Santa Maria, RS, Brasil.

2015

O CONHECIMENTO POR *ACQUAINTANCE* EM BERTRAND RUSSELL

Por
Denise Borchate

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Filosofia, Área de concentração: Filosofia Teórica e Prática, Linha de pesquisa: Análise da Linguagem e Justificação; da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Albertinho Luiz Gallina

Santa Maria, RS, Brasil
2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Borchate, Denise

O CONHECIMENTO POR ACQUAINTANCE EM BERTRAND RUSSELL /
Denise Borchate. – 2015.

73 p.; 30cm

Orientador: Albertinho Luiz Gallina
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, RS, 2015

1. Conhecimento; 2. *Acquaintance*; 3. Fenômenos Contínuos.

I. Luiz Gallina, Albertinho II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**O CONHECIMENTO POR *ACQUAINTANCE* EM BERTRAND
RUSSELL**

Elaborada por
Denise Borchate
como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Filosofia

Albertinho Luiz Gallina, Dr. - Presidente/ Orientador

Remi Schorn, Dr. - (UNIOESTE)

Carlos Augusto Sartori, Dr. - (UFSM)

Santa Maria, RS, 27 de abril de 2015

À minha mãe, Margarete de Fátima Borchate (*in memoriam*).

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

O CONHECIMENTO POR *ACQUAINTANCE* EM BERTRAND RUSSELL

AUTOR (A): DENISE BORCHATE
ORIENTADOR: PROF. DR. ALBERTINHO LUIZ GALLINA
DATA E LOCAL DA DEFESA: Santa Maria, 27 de abril de 2015.

A *acquaintance* consiste na relação entre a mente e certos objetos chamados de objetos russellianos. Estes objetos restringem-se a indivíduos que podemos pensar diretamente. As aparências, tais como as cores, são exemplos de objetos russellianos. A *acquaintance* é uma relação epistêmica primitiva. O sujeito possui a capacidade de discriminar aqueles objetos, distinguindo-os de outros na interpretação tradicional de *acquaintance*. Os objetos são conhecidos por *acquaintance* no sentido que a mente pode identificá-los perfeitamente. Neste caso, o sujeito não pode estar errado no conhecimento daquilo que está pensando naquela interpretação. Um sujeito pode, no entanto, estar em uma relação com um e o mesmo indivíduo, em diferentes ocasiões, sem perceber que é o mesmo. Os casos dos fenômenos contínuos mostram isso, explicitando a dificuldade em demonstrar a igualdade de referência através das mudanças no caráter da experiência.

Palavras-chave: Conhecimento; Contato; Objetos russellianos.

ABSTRACT
Master Thesis
Graduate Program in Philosophy
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

**O CONHECIMENTO POR ACQUAINTANCE EM BERTRAND
RUSSELL**

AUTHOR: DENISE BORCHATE
SUPERVISOR: PROF. DR. ALBERTINHO LUIZ GALLINA
DATE AND PLACE OF DEFENCE: Santa Maria, April 27th, 2015.

The acquaintance is the relation between the mind and certain objects called russell's objects. These objects are restricted to individuals who can think directly. Appearances, such as colors, are examples of russell's objects. The acquaintance is a primitive epistemic relation. The individual has the ability to discriminate those objects, distinguishing them from others in the traditional interpretation of acquaintance. The objects are known by acquaintance in the sense that the mind can identify them perfectly. In this case, the subject can not be wrong about the interpretation and the knowledge of what is thinking about it. A individual can, however, be in a relation with one and the same individual at different times, not realizing that it is the same. The cases of the continuous phenomena show that, explaining the difficulty in demonstrating the reference equality through changes in the character of the experience.

Keywords: Knowledge; Acquaintance; Russell's objects.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| PRIMEIRA PARTE | 10 |
| 1. A CONCEPÇÃO RUSSELLIANA DO CONHECIMENTO..... | 11 |
| 1.2 RUSSELL E OS TIPOS DE CRENÇAS | 16 |
| 1.3 FONTES DO CONHECIMENTO | 23 |
| 1.3.1 Teoria causal da percepção | 24 |
| 1.3.2 Sobre a estrutura do objeto físico e sua realidade..... | 35 |
| SEGUNDA PARTE | 38 |
| 2. FUNDAMENTAÇÃO DO CONHECIMENTO POR DESCRIÇÃO..... | 39 |
| 2.1 A RELAÇÃO DE <i>ACQUAINTANCE</i> | 39 |
| 2.2 <i>ACQUAINTANCE</i> E O CONHECIMENTO POR DESCRIÇÃO..... | 51 |
| CONCLUSÃO..... | 65 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 68 |

INTRODUÇÃO

Apresentaremos, na presente dissertação, o conceito de *acquaintance*. A *acquaintance* é relacional no simples sentido que é uma relação diádica que existe entre um sujeito e os objetos (russellianos) ou características (propriedades). O sujeito tem uma relação, chamada consciência de um objeto, por exemplo, um remendo de cor. A sensação consiste num evento mental, enquanto a cor, que é chamada dado do sentido, é distinta da sensação. O nosso conhecimento por *acquaintance* é ‘perfeito’ no sentido que ele *apresenta* perfeitamente os dados fenomênicos dos seus objetos ao sujeito. Esse conhecimento também é “completo”, no sentido de que ele existe ou não existe; é completo ou não existente. Ou seja, não há graus de conhecimento imediato. Neste caso, a *acquaintance* coloca-nos numa situação epistemicamente segura sobre o conhecimento dos objetos. A aparência dos objetos, como as cores, são coisas que apreendemos de maneira imediata, exatamente como se apresentam.

Mas, ao contrário do que se pensa, a interpretação acerca do conceito de *acquaintance* não é unânime. Há uma interpretação tradicional que consiste, grosso modo, na concepção que a *acquaintance* salvaguarda-nos de identificar de maneira errônea seus objetos. No entanto, essa interpretação, que é a mais aceita na literatura, encontra seu contraponto no caso dos fenômenos contínuos presente em uma obra russelliana madura chamada *Our Knowledge of the External World* (1914). Estes casos mostram que Russell não aceitaria a ideia que a *acquaintance* proporciona conhecimento infalível.

O conhecimento que temos do mundo pode ocorrer de duas maneiras: o conhecimento por meio de crenças, de caráter proposicional, envolvendo atitudes cognitivas que podem ser avaliadas em termos de verdade ou falsidade; e o conhecimento que a experiência sensível proporciona, designado por *acquaintance*. A relação de *acquaintance* constitui-se em uma relação experiencial fundamental caracterizada pelo conhecimento consciente direto de algo. Este conhecimento é direto, no sentido em que a relação de consciência da mente com algo além dela não é inferencialmente ou descritivamente mediada.

O uso de Russell da noção de *acquaintance* não o compromete com a interpretação tradicional. Na concepção tradicional, a *acquaintance* excluiria a possibilidade de identificar seus objetos de maneira incorreta. Por exemplo, supostamente, as cores, como dados imediatos e objetos de conhecimento direto, deveriam aparecer diferentes aos sentidos, se elas são diferentes. Mas isto envolveria o conhecimento de verdades, isto é, o conhecimento

de proposições que estão sujeitas ao erro. Os casos dos fenômenos contínuos demonstram que nós deveríamos abandonar esta suposição defeituosa. Esses casos mostram que existe espaço para a falibilidade na noção de *aquaintance* russelliana. Veremos que o conceito de experiência vai modificando-se ao longo da filosofia russelliana de maneira a, cada vez mais, ressaltar que a experiência carrega em si a possibilidade de erro na identificação de seus objetos.

PRIMEIRA PARTE

1. A CONCEPÇÃO RUSSELLIANA DO CONHECIMENTO

Russell classifica duas espécies de conhecimento através da distinção entre os verbos ‘saber’ e ‘conhecer’. A palavra ‘conhecer’ possui dois sentidos diferentes. O primeiro sentido relaciona-se ao conhecimento de verdades evidentes e aplica-se a nossas crenças e convicções chamadas de juízos. O segundo uso aplica-se ao conhecimento de coisas que é direto, isto é, não envolve processo de inferência ou conhecimento de crenças. Abordaremos três usos da palavra conhecimento brevemente: conhecimento como habilidade, conhecimento por familiaridade, conhecimento proposicional.

O conhecimento perceptivo, aparentemente, é também aquele tipo de conhecimento não só ao alcance de bebês que ainda não falam, mas também de animais. É o tipo de conhecimento que atribuímos a um cão, por exemplo, quando dizemos que ele conhece seu dono. O conhecimento perceptivo em geral (sobretudo aquele provindo dos outros sentidos que não a visão) está muito associado ao tipo de conhecimento que atribuímos a uma pessoa que sabe fazer alguma coisa, mesmo sem poder explicar como consegue fazer aquilo. (DUTRA, 2008, p. 22)

O conhecimento como habilidade está associado a habilidades como jogar futebol, andar de bicicleta. Uma pessoa que sabe **como** andar de bicicleta “[...] pode não saber por que o sabe, isto é, ela pode não ser capaz de explicar por que consegue se equilibrar sobre a bicicleta.” (DUTRA, 2008, p.22). Esse não é o tipo de conhecimento que pode ser repassado a outras pessoas através do treinamento e repetição. E, por mais que uma habilidade possa ser ensinada, por exemplo, jogar futebol, ela depende de elementos intrínsecos ao indivíduo. (LUZ, 2013, p.16). O conhecimento por familiaridade envolve o uso do termo “conhecer” em expressões como “o cão sabe quem é seu dono” e “o bebê *conhece* Maria” (Ibid. p.16).

Um bebê que ainda não tem nenhum aprendizado da linguagem e que ainda não fala é capaz de reconhecer sua mãe, por exemplo. Na vida adulta, alguns episódios de conhecimento para nós são deste mesmo tipo. Suponhamos que uma pessoa possa distinguir pelo tato as diversas chaves de seu chaveiro, e dizer qual é a chave da porta de sua casa, qual é a de seu carro, da porta de seu escritório, etc. É com base nesse tipo de conhecimento que essa pessoa escolhe para cada ocasião a chave apropriada. (DUTRA, 2008, p.21)

O conhecimento perceptivo vem, por vezes, acompanhado do conhecimento proposicional. Uma pessoa que sabe *como* andar de bicicleta “pode não ser capaz de explicar por que consegue se equilibrar sobre a bicicleta. Mas outra pessoa que conhece a explicação

para isso poderia dizer: eu sei **que** se virar o guidão para o lado, para onde estou caindo, consigo me equilibrar” (Ibid., p.22).

Conhecimento proposicional é o conhecimento de fatos ‘de que tal e tal é o caso’. O conhecimento proposicional exige domínio linguístico e conceitual que os outros não possuem. Conhecemos de modo proposicional uma variada gama de fatos, por exemplo: ‘que hoje está chovendo’; ‘que Platão foi um filósofo grego’; ‘que o lápis é verde-esmeralda’; ‘que o mosquito é do tipo *aedes aegypti*’; ‘que $2+3=5$ ’; ‘que é crime matar’; ‘que uma caminhada diária faz bem para a saúde’. Apenas o conhecimento proposicional, ou factual, será objeto do interesse das teorias epistemológicas (cf. ETCHEVERRY, 2009, pp.12-13).

O conhecimento por *acquaintance*¹ é uma experiência dual entre um sujeito e um objeto, que não precisa ter nenhuma continuidade de natureza. O conceito de experiência, no entanto, é obscuro devido a sua conexão com o pensamento ordinário e aos vários significados adquiridos na tradição filosófica. O homem tem experiência das coisas que são dadas na sensação, seus pensamentos e sentimentos. Tem experiência de determinadas coisas que estão diante de sua mente, são objetos da sua consciência. A experiência possui a característica de ser uma ‘relação’.² Nesta relação, um termo é o objeto experienciado chamado de ‘O’, enquanto o outro termo é aquele que experiencia, chamado de ‘A’. A experiência de O por parte de A é diferente de O, e é, de fato, um complexo do qual A é um constituinte, assim como O (cf. Russell, 1978, p.43).

A investigação acerca da familiaridade³ envolve a definição e a interrelação do que seja mente ou mental e o sujeito. A familiaridade foi conceituada em termos de uma relação dual

¹“Um sujeito S está em *acquaintance* com um indivíduo ‘b’”, é empregado sinonimamente a “S tem conhecimento por *acquaintance* com um indivíduo ‘b’”. Neste tipo de conhecimento, o sujeito não precisa estar consciente de nenhum conteúdo proposicional sobre ‘b’.

²“Ora, desde que decidimos que a experiência se constitui de uma relação, será melhor empregar uma palavra menos neutra; empregaremos como sinônimos as duas palavras “familiaridade” e “consciência”, e geralmente empregaremos a primeira” (RUSSELL, 1978, p.43).

³A noção de familiaridade aqui exposta está presente no “In a critical essay de 1914, ‘On the Nature of Acquaintance’. Russell attempt to state and evaluate the position de neutral monism which he was soon to adopt. The position of ‘neutral monism’ was connected with the work of the American Philosophers Willian James, E. B. Holt, and R.B.Perry. In particular James’s articles, ‘Does “Consciousness” Exist?’ raised the question of the reality of an entity which had been considered to be one pole of the dualistic relation of knower and known, subject and object, inner and outer. James’ suggestion was to replace these dualisms with a position in which there is one experience which, take on way, can be considered subjective, ideational, and inner, but taken another way, it can be considered objective and external. this new position is monistic in that it eliminates the necessity for supposing two kinds of reality, and two different kinds of terms in the knowledge relation. The new position is neutral in that it is weighted neither toward idealism nor materialism. Thus, neutral monism avoid methaphysical dualism of subject and object. This position was connected with radical empiricism in the work the James, but in less specifically pragmatic terms, it became part of the programme of the ‘new realists’. It is in this form that Russell evaluated neutral monism in his essay. ... Further, Russell approved of criticism the

entre o sujeito e o objeto. A autoconsciência não se trata do conhecimento do eu, mas da consciência dos conteúdos das nossas mentes (Russell, 2008, p.110). Podemos tornar-nos conscientes das nossas próprias experiências, mas não nos tornamos conscientes do próprio sujeito. O contato com os conteúdos das nossas mentes é a consciência de pensamentos, sentires e desejos particulares.

Quando vejo o sol, muitas vezes sucede que me dou conta de estar vendo o sol, além de tomar conhecimento dele; e quando quero alimento, muitas vezes sucede ser consciente do meu desejo. Mas é difícil descobrir qualquer estado de espírito em que eu me dê conta de mim isoladamente, sem ser dentro do complexo de que sou componente. (RUSSELL, 1957, p.233)

O conhecimento por contato parece supor que conhecemos o nosso “eu” enquanto algo distinto de nossas experiências particulares. Quando alguém vê o sol, esse alguém está em contato com duas coisas diferentes que se relacionam entre si: os dados dos sentidos que representam o sol e aquilo que vê os dados dos sentidos. O conhecimento por contato consiste em “uma relação entre a pessoa contatada e o objeto que a pessoa contata” (RUSSELL, 2008, p.111).

Quando alguém está em contato com o seu ver o sol, está em contato com o fato complexo “auto-contato-com-o-dado-dos-sentidos”. O sujeito tem contato com o seu contato com os dados dos sentidos ver o sol (Ibid. p.111). Isto é, “Quando vejo o sol, muitas vezes sucede que me dou conta de estar vendo o sol, além dele tomar conhecimento” (RUSSELL, 1957, p.233). O conhecimento por contato envolveria o conhecimento de verdades como quando estou em contato com certos dados dos sentidos: “Será difícil, mas provavelmente não impossível, explicar fatos simples se supormos que não nos damos conta de nós próprios” (RUSSELL, 2008, p.233).

A questão que deveremos responder para que se compreenda o que é familiaridade consiste em: a familiaridade implica, de algum modo, a consciência direta do simples sujeito? Como vimos anteriormente, é difícil sustentar como conhecemos ou até mesmo como compreendemos a verdade: “Estou em contato com este dado dos sentidos”, sem que tenhamos contato com o “eu”. Mas como já vimos: “Quando tentamos olhar para nós mesmos parece que encontramos sempre um pensamento ou sentir particular, e não o “eu” que tem o pensamento ou sentir” (RUSSELL, 2008, p.111).

idealism involved in neutral monism’s refusal to consider that all knowledge and experience must be of ‘ideas’” (EAMES, 1969, p. 100).

A teoria acerca do conhecimento por familiaridade não implica a consciência direta do sujeito. A seguir, aduziremos os argumentos apresentados por Russell de que ela não implica uma consciência direta do “eu”.

Em princípio, podemos dizer que quando alguém está familiarizado com um objeto “O”, somos conscientes de experienciar o fato “alguma coisa está familiarizada com O”. O “eu” não é dado, mas pode ser inteligível “Quando reconhecemos que a experiência de familiaridade constitui uma experiência, podemos definir “eu” como o sujeito da experiência presente” (RUSSELL, 1978, p.144).

Se houver um sujeito, ele pode ter uma relação com o remendo de cor, isto é, a espécie de relação que podemos chamar consciência. Nesse caso, a sensação, como um evento mental, consistirá na consciência da cor, enquanto a cor em si permanecerá totalmente física, e pode ser chamada dado dos sentidos, para a distinguir da sensação. O sujeito, porém, parece ser uma ficção lógica, como os pontos matemáticos e os instantes. É introduzido, não porque a observação o revela, mas porque é linguisticamente conveniente e aparentemente exigido pela gramática. As entidades nominais desta espécie podem existir ou não, mas não há bases seguras para pressupor que existem. [...] Se quisermos evitar uma pressuposição perfeitamente gratuita, devemos dispensar o sujeito como um dos ingredientes reais do mundo. Mas, quando fazemos isto, a possibilidade de distinguir a sensação do dado dos sentidos evapora-se; pelo menos eu não vejo maneira de preservar a distinção. Portanto, a sensação que temos quando vemos um remendo de cor é simplesmente esse remendo de cor, um componente real do mundo físico, e uma parte de que a física se ocupa. (RUSSELL, 1976, p.106)

Russell possui duas fases na sua filosofia. A primeira fase inclui obras como *The Problems of Philosophy* (1912), os ensaios reunidos em *Our Knowledge of the External World* (1914) e *Mysticism and Logic* (1917). A primeira fase da filosofia de Russell caracteriza-se por uma análise da sensação em termos de um sujeito de um ato sensível e um objeto da sensação (*sense data*). A análise de expressões denotativas supõe a existência de um objeto que satisfaz as propriedades. O objeto é uma inferência a partir de certas propriedades que são conhecidas diretamente. Há a pressuposição teórica da existência de um objeto que causa determinadas sensações no método por inferência. Embora admita-se que daqueles objetos só se conheça diretamente suas propriedades.

O ensaio crítico de 1914, *On the Nature of Acquaintance*, foi um período de transição na filosofia de Russell. Naquele ensaio, ele adota uma posição similar ao monismo neutral de Willian James, que, no entanto, só se consolidará em *Analysis of Mind* (1921) e *Analysis of Matter* (1927). A segunda fase caracteriza-se pelo abandono da noção de dado do sentido e pela consideração da sensação como fonte de conhecimento. O monista neutro não acredita, tal como o dualista, que a matéria-prima da qual o mundo é feito seja de duas espécies: física

e mental. As sensações a partir das quais o mundo é construído não são físicas nem mentais, mas um estofo neutro ou “experiência pura”.

As expressões “Físico/mental”, “exterior/interior” e “sujeito/objeto” são os mesmos nomes para dois grupos por meio dos quais podemos ordenar nossas experiências. O mesmo conteúdo (sensação) pode ser chamado de físico ou mental, dependendo do ponto de vista lógico a partir do qual é concebido. O mesmo material serviria a duas funções distintas, dependendo de construções lógicas diferentes. Após, proceder-se-ia a uma síntese, retomando o ponto de vista dualista. O monismo a que Russell chega trata-se de uma descrição resultante, de certa forma, de desconstruir-se a realidade: a sensações. Estas ainda não foram classificadas, nem reagrupadas a partir do acréscimo de certas estruturas abstratas. O físico constitui-se em um conjunto de sensações de diferentes pontos de vista que estão associados uns aos outros, de acordo com as leis físicas da perspectiva. A mente configura-se a partir de diferentes sensações que estão associadas segundo leis psicológicas (por exemplo, as leis de associação) com um lugar designado de ‘mente’.

O sujeito da consciência assim como o seu objeto não são inferências, mas construções a partir de *sense data*. O método de inferir objetos a partir de sensações, ou seja, além da experiência presente, é duvidoso. Neste caso, é melhor eliminá-lo em favor do método de construção de objetos. Objeto físico é denominado como um arranjo de eventos (sensações) que possuem a mesma estrutura. A pressuposição teórica da existência torna-se desnecessária com o método por construção.

Mas, voltemos à primeira fase da filosofia de Russell. A importância do conhecimento por *acquaintance*, nessa primeira fase, está em que este é o fundamento do nosso conhecimento de verdades. O conhecimento de verdades é de dois tipos: conhecimento descritivo e intuitivo. O conhecimento por descrição está fundamentado no nosso conhecimento por *acquaintance* de coisas tais como universais e particulares. A crença tem existência pública quando expressa em palavras. As proposições são representações: elas representam particulares, tendo certas qualidades ou propriedades e mantendo certas relações. Os objetos do juízo são entidades externas a mente com as quais ela mantém relação de *acquaintance*. O sujeito mantém relação de *acquaintance* com particulares (por exemplo, João e Maria) e com universais (por exemplo, a relação de amor).

O conhecimento intuitivo está fundamentado em verdades auto-evidentes. O sujeito deve ter conhecimento imediato das premissas das quais infere a crença. Não existem critérios rígidos para distinguir crenças intuitivas verdadeiras de crenças intuitivas falsas. Mesmo com

a garantia da auto-evidência da crença, podem haver incorreções no momento do julgamento. Neste caso, mesmo tendo boas evidências para acreditar na proposição p , p poderia ser falsa. Russell apresenta a análise do conhecimento proposicional como crença justificada nos *Problems of Philosophy*. O conhecimento é caracterizado por uma crença que seja verdadeira e seja inferida de conhecimentos intuitivos a partir dos quais se segue logicamente. No entanto, crença verdadeira justificada não é considerada condição suficiente para o conhecimento. Conhecimento tem de ser mais forte que boas evidências, ele tem de garantir a verdade da crença. Crença verdadeira “será conhecimento se passou por um processo intuitivo, independente se temos ou não boas razões para afirmá-lo como tal” (LOPES, 2006, p.27). Antes de abordar o que Russell entende por conhecimento, vejamos a sua concepção de crença.

1.2 RUSSELL E OS TIPOS DE CRENÇAS

O conhecimento por descrição envolve conjuntamente a *acquaintance* com algo e o conhecimento de verdades ou crenças. O conhecimento está intimamente ligado aos conceitos de crença e verdade. A verdade é definida em termos da crença e daquilo a que crença refere-se, por isso, a importância da sua análise. O conhecimento de coisas tem como fonte o contato experiencial direto com as propriedades, características de um objeto. A relação de *acquaintance* é condição necessária, mas não suficiente, para o conhecimento dos objetos. O conhecimento dos objetos físicos é descritivo e ocorre por meio daquilo que nos é dado na sua aparência, ou seja, por meio dos dados dos sentidos associados a eles.

As crenças são caracterizadas por sua verdade ou falsidade. Estas são propriedades que dependem de algo que se situa fora da própria crença. A crença manifesta-se através da enunciação de sentenças. As sentenças não são a crença, mas “um meio de pô-la numa forma de conduta, na qual possa ser comunicada a terceiros” (RUSSELL, 1958, p.173).⁴

⁴O conteúdo de uma crença, quando expresso em palavras, é o que, em lógica, chama-se “proposição”. A proposição é um conjunto de palavras (às vezes, uma única palavra) que expressa a espécie de coisa que pode ser afirmada ou negada. “Que todos os homens são mortais”, “que Colombo descobriu a América”, “que Carlos I morreu na cama”, “que todos os filósofos são sábios” são proposições. Nem todo o conjunto de palavras é uma proposição, mas somente as séries de palavras que têm “significado” ou, na nossa terminologia, “referência objetiva”. Dados os significados das palavras separadas, e as regras de sintaxe, o significado de uma proposição é determinado. Esta é a razão por que podemos compreender uma frase que nunca ouvimos antes. Provavelmente

As crenças mais simples podem ser silenciosas. Por exemplo, se você estiver sozinho e estiver na hora do tomar o transporte, terá a crença ‘preciso correr, o ônibus já vai partir’. Crenças mais complexas precisam ser expressas em palavras para serem acreditadas. Parece estranho falar na crença “a soma dos ângulos internos de um polígono convexo é igual a tantas vezes a dois retos quanto são os lados menos dois” (RUSSELL, 1958, p.173). Mas, isso ocorre porque “O conteúdo de uma crença pode consistir somente de palavras, ou somente de imagens, ou da mistura das duas coisas, ou de uma ou ambas juntamente com uma ou mais sensações. Deve conter pelo menos um componente que seja palavra ou imagem, e pode ou não conter uma ou mais sensações como componentes” (RUSSELL, 1976, p.177).

Um exemplo em que o conteúdo⁵ de nossa crença é uma sensação e uma palavra: ouvimos um ruído e dizemos ‘ônibus’ para nós mesmos. Os componentes da nossa crença são um ruído (sensação) e a palavra ‘ônibus’. Aqui, apesar do conteúdo da crença parecer simples, verificar-se-á que é complexo;⁶ “há também uma relação entre eles, expressa por ‘é’ na proposição “aquilo é um bonde” (Ibid., p.177). “O mesmo ruído pode trazer-nos à mente a imagem visual de um bonde, em vez da palavra ‘bonde’” (Ibid., p.177). Este exemplo é uma crença⁷ que consiste numa sensação (ruído) e numa imagem visual.

Vejam, agora, o exemplo de um caso em que crenças-imagens⁸ e crenças-palavras⁹ estão relacionadas. Temos uma crença composta inteiramente de imagens quando estamos

nunca ouvimos antes a proposição “que todos os habitantes das Ilhas Andaman comem habitualmente guisado de hipopótamo ao jantar, mas não há dificuldade em compreender a proposição (RUSSELL, 1976, p.130).

⁵“O conteúdo de uma crença não implica meramente pluralidade de componentes, mas relações definidas entre eles; não é determinado quando só os seus componentes são dados. Por exemplo, “Platão precedeu Aristóteles” e “Aristóteles precedeu Platão” são ambos conteúdos críveis, mas, embora consistam exatamente nos mesmos componentes, são diferentes, e mesmo incompatíveis” (RUSSELL, 1976, p.177).

⁶“A linguagem, algumas vezes, oculta a complexidade de uma crença. Dizemos que uma pessoa crê em Deus e poderá parecer que Deus constituísse todo o conteúdo da crença. Mas o que é realmente crido é que Deus existe, o que está muito longe de ser simples. Analogamente, quando uma pessoa tem uma imagem mnemônica, a crença é “isto ocorreu”, no sentido explicado na Conferência IX; e “isto ocorreu” não é simples” (RUSSELL, 1976, p. 177).

⁷“Como vimos na Conferência VIII, as imagens associadas com uma sensação vêm muitas vezes com tal espontaneidade e força, que as pessoas comuns não as distinguem da sensação; só o psicólogo ou observador especializado, consciente do grande elemento mnêmico que se adiciona à sensação para construir a percepção” (RUSSELL, 1976, p. 177).

⁸“Numa crença mnêmica pura somente as imagens ocorrem. Mas uma mistura de palavras e imagens é muito comum na memória. Temos a imagem de uma ocorrência passada, e dizemos para nós mesmos: “Sim, eis como foi”. Aqui a imagem e as palavras juntamente constituem o conteúdo da crença. E, quando o lembrar de um incidente se tornou um hábito, pode ser puramente verbal, e a imagem mnêmica poderá constituir unicamente de palavras (cf. RUSSELL, 1976, p. 178).

⁹Podemos ampliar o termo proposição de maneira a abranger os conteúdos-imagem das crenças que consistem em imagens. Assim, no caso de lembrar um quarto em que a janela está à esquerda da porta, quando cremos na imagem-conteúdo, a proposição consistirá na imagem de uma janela à esquerda juntamente com a imagem da

pensando em um quarto e evocamos a imagem de uma janela que está neste quarto. E, na nossa imagem, a janela encontra-se precisamente à esquerda da porta. Esta crença, quando expressa inteiramente em palavras, fica “a janela está à esquerda da porta”.

Para Russell, há três espécies de crenças: memória, expectativa e assentimento puro. O que caracteriza essa diferença é o fato de “cada uma como constituída por certo por certo sentimento ou complexo de sensações, vinculadas ao conteúdo crido” (RUSSELL, 1976, p.187). Essas três formas de sentimento-crença não são expressas por palavras e podem ser analisadas em três partes: (a) A proposição, que consiste em imagens, sensações inter-relacionadas; (b) temos sentimento de assentimento, expectativa e memória, que se constituem em uma sensação complexa.¹⁰ (c) Temos uma relação entre o sentimento-crença e a proposição, em que, por exemplo, a proposição é aquilo em que se dá o assentimento.

Podemos esclarecer isso por meio de um exemplo. Suponhamos que eu creia, por imagens, não em palavras, que vai chover. Temos aqui dois elementos interrelacionados: o conteúdo e a expectativa. O conteúdo consiste em imagens, (digamos) da aparência visual da chuva, o sentimento de umidade, o ruído de gotas, interrelacionados, aproximadamente, como seriam as sensações se estivesse chovendo. Assim, o conteúdo é um fato complexo composto de imagens. Exatamente o mesmo conteúdo poderá entrar na lembrança expressa por “estava chovendo” ou no assentimento de que “a chuva caiu”. A diferença destes casos um do outro e da expectativa não reside no conteúdo. Reside na natureza do sentimento-crença. (RUSSELL, 1976, p.186)

Aquela exposição da crença em espécies de sentimento-crença, conteúdo, proposição torna a sua expressão em palavras, por vezes, imprecisa.¹¹ O uso das palavras não distingue as espécies de sentimento de crença, ou seja, o uso de palavras não permite expressar as diferentes ocorrências psicológicas que constituem a natureza da crença.¹²

porta à direita. Distinguiremos proposições desta espécie como “proposições-imagem” e proposições com palavras como “proposições-palavra”.

¹⁰“Eu, pessoalmente, não me declaro capaz de analisar as sensações que constituem respectivamente a lembrança, a expectativa e o assentimento; mas não diria que elas não podem ser analisadas. É possível que haja outros sentimentos-crença, como, por exemplo, na disjunção e implicação; e também o sentimento-descrença” (RUSSELL, 1976, p.186).

¹¹“Ademais, a correspondência que há entre a linguagem e a crença, salvo nas questões abstratas, não é geralmente exata. A crença é mais rica de detalhes e contexto do que a sentença, a qual escolhe apenas certas características salientes. Você diz, por exemplo: “Irei vê-lo logo”, mas pensa: “Vê-lo-ei sorridente, parecendo mais velho, amável, porém, tímido, os cabelos despenteados e os sapatos enlameados – e assim por diante através de uma infinita variedade de detalhes” (RUSSELL, 1958, p.180).

¹²“Não há meio de distinguir, por palavras, uma lembrança e assentimento a uma proposição sobre o passado: “_ tomei o meu café” e “César conquistou a Gália” têm a mesma forma verbal têm a mesma expressão verbal, embora (supondo que lembro o meu café) expressem ocorrências psicologicamente muito diferentes. Num caso, o que acontece é que eu lembro o conteúdo “tomar o meu café”; no outro, dou assentimento ao conteúdo “a conquista da Gália por César ocorreu”. No último caso, mas não no primeiro, o passado é parte do conteúdo crido.” (RUSSELL, 1976, p.187).

Observações exatamente semelhantes se aplicam à diferença entre a expectativa, tal como a que temos quando esperamos pelo trovão depois do relâmpago, e assentimento a uma proposição sobre o futuro, como o que temos em todos os casos normais de conhecimento inferencial quanto ao que acontecerá. Penso que esta dificuldade na expressão verbal dos aspectos temporais das crenças é uma das causas que tem estorvado a filosofia na consideração do tempo (RUSSELL, 1976, p.187)

Nos casos observados anteriormente, as sentenças não expressam exatamente aquilo em que se acredita. “A incerteza não desaparece quando a crença é o que se pode chamar “crença puramente verbal”, isto é, quando aquilo em que se crê é que certa sentença é verdadeira.” (RUSSELL, 1976, p.188). Isso pode ser visto através das diferentes atitudes, relações que um indivíduo pode ter perante diferentes crenças. A formação da crença na sentença “Guilherme o Conquistador, 1066” pode ocorrer porque o sujeito sabe que aquela é exatamente a formação correta das palavras. No entanto, o sujeito pode não ter se interessado em conhecer o significado daquelas palavras e, neste caso, não pareceria ser verdadeiro que o sujeito crê naquela frase. A não ser que a definição de verdade seja puramente pragmática. Neste caso, aquela frase será “verdadeira”, por exemplo, se forem agradáveis as consequências ao ser pronunciada na presença de um professor, mas se forem desagradáveis, será então “falsa” (RUSSELL, 1958, p. 176). Agora, consideremos a crença de um indivíduo na sentença “próxima quarta-feira será feriado”. Neste caso, o indivíduo adquire a crença não se importando com os vocábulos que a gerou. Esta crença não é puramente verbal como a primeira; mas a circunstância em que ela foi gerada faz com que essa crença tenha mais precisão na sua expressão, do que na expressão daquela primeira crença, que é puramente verbal.

Parece que em tais casos, o sentimento de crença não pode existir desligado, sem a sua relação normal com um conteúdo crido, do mesmo modo que o sentimento de familiaridade poderá algumas vezes ocorrer sem estar relacionado com qualquer objeto familiar definido. O sentimento de crença, quando ocorre desta forma separada aguda, leva-nos geralmente a procurar um conteúdo a que possamos vinculá-lo. Muito do que passa por revelação ou visão mística vem provavelmente deste modo: o sentimento-crença, com força fora do comum, vincula-se mais ou menos por acaso, a algum conteúdo em que nos ocorra pensar no momento apropriado. Mas isto é apenas especulação, a que não desejo dar demasiado relevo. (RUSSELL, 1976, p.188)

O ato pelo qual se exerce a faculdade de conhecer chama-se juízo. A verdade e a falsidade são um atributo dos juízos, não de coisas. Por exemplo, quando dizemos que “o sol está brilhando”, o que é verdadeiro não é o próprio sol, mas o juízo acerca deste. A verdade e a falsidade são uma propriedade do juízo, pois o sentido proposicional já não é mais uma entidade objetiva. Isto não está atrelado ao seu valor de verdade.

Como afirma Cláudio Almeida, “uma doutrina das proposições, aquilo que se faz essencialmente alvo de atribuições de verdade e falsidade, depende da maneira como se concebe o ato de juízo” (ALMEIDA, 1998, p.126). A distinção entre o ato mental e o seu objeto em Moore é tal que “quando uma proposição é pensada, ela é acolhida mentalmente tal como é, quer seja verdadeira, quer seja falsa. (ALMEIDA, 1998, p. 122). O que a mente faz, por assim dizer, é reconhecer a verdade daquilo que já é verdadeiro. O juízo ou o ato de apreender proposições em Moore é um ato mental subsequente à apreensão de proposições, as quais se atribui valor de verdade. Os objetos de pensamento são independentes do sujeito cognoscente, ou seja, já são algo antes que o sujeito possa pensá-los.

Na concepção russelliana, o sentido proposicional está longe de apoiar-se em entidades psicológicas como ‘ideia’, ‘pensamento’ ou algo nesse sentido. Antecedendo Russell na postulação do sentido proposicional ser uma entidade objetiva, G. E. Moore (1873-1958) defende a tese de que uma proposição é uma relação entre conceitos. Os conceitos seriam, assim, entidades objetivas que independem de nossas concepções psicológicas e, logo, seriam eternos e imutáveis. Ao enunciarmos uma sentença qualquer, seria formado um complexo de conceitos passível de uma apreensão direta pela mente. Quando se trata de uma proposição verdadeira, seu complexo de conceitos encontrar-se-ia no nível de existência; caso contrário, esse complexo subsistiria. De qualquer forma, o complexo seria dado, existindo ou subsistindo. As sentenças verdadeiras, em especial, teriam um complexo, entendido como algo que compreende a relação estabelecida entre o sujeito e os objetos proposicionais (...). O juízo era concebido nos *Principles of Mathematics* (1903) tal como nos moldes de Moore. Isto é, uma relação dual entre um sujeito ou mente e algo de natureza objetiva que se faz objeto desse ato: a proposição. As consequências negativas da teoria do juízo de Moore seriam que ao pensarmos em algo não existente, teríamos de admitir sua referência objetiva ao considerarmos sua subsistência. Isto recairia em uma inflação ontológica e infração aos princípios da boa lógica, que, no entanto, não serão tratados aqui. (PEREIRA, 2004, p.34)

Um novo modelo de análise do juízo, como uma relação múltipla, é adotado já em *Principia Mathematica* de 1910. Esta nova análise do juízo acarreta uma nova concepção acerca da natureza das proposições. (ALMEIDA, 1998, p.133). Esse novo modelo de análise da proposição também explicaria tanto a verdade quanto a falsidade e as definiria a partir da correspondência. Nessa nova análise, “não há ‘falsidades objetivas’ – a falsidade é uma propriedade de crenças, que são ocorrências mentais” (Ibid., p.133).

Assim, o problema está em se admitir que, quando acreditamos de modo falso, não existe nada em que estamos acreditando. A maneira de escapar a essa dificuldade consiste em sustentar que, se acreditamos de modo verdadeiro ou se acreditamos de modo falso, não existe uma única coisa em que estamos acreditando. Quando acreditamos que “B ama C, temos diante de nós, não um objeto, mas vários objetos. Dessa forma, a crença é uma relação da mente com vários outros termos: quando esses outros termos têm entre si uma relação “correspondente”, a crença é verdadeira; quando não, ela é falsa. (PEREIRA, 2011, p. 380)

O juízo é o lugar de exame da verdade, apesar de não pode ser utilizado como critério de verdade. Uma crença não gera conhecimento a menos que seja verdadeira. E a verdade ou a falsidade de uma crença dependem da sua relação com um fato.¹³ A correspondência entre as proposições e os fatos consiste em um isomorfismo estrutural entre as partes de uma crença (portador de valor de verdade) e as partes de um fato (aquilo que torna a crença verdadeira ou falsa). Essa noção de correspondência pode chamar-se correspondência como congruência.¹⁴

A relação envolvida no julgamento ou crença de que “Otelo acredita que Desdêmona ama Cássio” não é uma relação entre dois termos.¹⁵ Mas uma relação entre vários termos. Nessa concepção de juízo, as condições de sentido de uma proposição, o que se pode dizer, estão separadas da sua condição de verdade, o que se pode conhecer de uma coisa. “...o sentido da proposição é fornecido pelos constituintes do juízo e a mente; O papel do sujeito na produção do sentido consiste no ato mental de assegurar a “unidade ao complexo constituído pelas entidades designadas pelas partes da sentença” (ALMEIDA, 1998, p. 136). Na análise daquela proposição acima, o sentido é fornecido pelos constituintes do juízo. O que chamamos aqui de proposição não é uma entidade única devido à pluralidade dos objetos daquele juízo.

Como vimos anteriormente, a verdade consiste na relação entre uma crença e um fato. Se os termos (A, acreditar, B, amar, C) da crença “A acredita que B ama C” correspondem de modo a ajustarem-se, encaixarem, aos objetos A, B, C e a relação-objeto, amar de um fato; bem como a direção da crença é a mesma do fato, então aquela crença é verdadeira. “Isto é, os objetos relacionados dessa forma constituem uma “unidade complexa” que, quando relacionados na mesma ordem em que também estão na minha crença, constituem o “fato correspondente à crença”” (PEREIRA, 2011, p.380).

A primeira coisa a observar no que diz respeito aos juízos, é que, tais como são, são vagos. A palavra “semelhante” é vaga, dado que há graus de semelhança, e ninguém pode dizer onde a semelhança acaba e a dessemelhança começa. É improvável que os nossos dois botões-de-ouro tenham exatamente a mesma cor, e, se julgássemos

¹³ Segundo Bertrand Russell, em seus artigos “Da Natureza da Verdade e da Falsidade” de 1910 e “Verdade e Falsidade” de 1912.

¹⁴ A noção de congruência deriva da geometria e está ligada à ideia de que duas figuras geométricas ajustam-se perfeitamente. A analogia de Russell entre isso e a relação entre proposições e fatos é a de que a verdade resulta de um ajuste perfeito entre uma proposição e o fato que a torna verdadeira (Cf. DUTRA, 2001, p. 168).

¹⁵ “Russell introduz, assim, a ideia original de que o acréscimo que propicia um significado completo ao signo proposicional é da ordem da ação. O próprio ato de juízo atribui ao signo proposicional uma significação de que ele carece por si próprio. Quando é empregado com força assertiva, isto é, mediante a pretensão manifesta do sujeito de juízo à verdade do que é afirmado, o signo proposicional é, por assim dizer, impregnado de significação. A letra morta da sentença é tornada veículo de uma ação proposicional que lhe permite transcender sua condição de incompletude semântica” (ALMEIDA, 1998, p.136).

que tinham, teríamos passado para além da região da auto-evidência. A fim de tornar a nossa proposição mais precisa, suponhamos que estamos vendo também uma rosa vermelha ao mesmo tempo. Então é possível que julguemos que as cores botões-de-ouro são mais semelhantes uma da outra que da cor de rosa. Este juízo parece mais complicado, mas ganhou certamente em precisão. Mesmo agora, porém, fica aquém da precisão completa, dado que a semelhança não é mensurável *prima facie*, e exigiria muita discussão para concluir o que entendemos por maior ou menor semelhança. Estritamente, não há limite para esse processo de busca de precisão. (RUSSELL, 1976, p. 198)

O conhecimento de verdades é condição para o conhecimento de objetos físicos. O conhecimento descritivo permite conhecer coisas das quais nunca vamos ter experiência. O ato do juízo através da atribuição de sentido ao que é dado imediatamente permite-nos conhecê-los. As verdades evidentes por si são o fundamento para o conhecimento dos objetos físicos. Essas verdades que temos conhecimento imediato estão conectadas ao conhecimento direto, por exemplo, dos dados dos sentidos. O que podemos conhecer dos objetos físicos são somente as propriedades que podem ser atribuídas a eles. Russell mostra a possibilidade do erro quando se passa do conhecimento por *acquaintance* para o conhecimento por descrição nos *Problems of Philosophy* (1912).

Agora, vamos ver que tipo de influência a análise do juízo acima exerce na análise de proposições básicas ou juízos de percepção. O conhecimento de verdades, isto é, o conhecimento de fatos e proposições envolvendo indivíduos pode ser de dois tipos: o conhecimento imediato de verdades, também chamado de conhecimento intuitivo. Entre tais verdades, estão aquelas que afirmam o que é dado nos sentidos e ainda alguns princípios lógicos e aritméticos. O conhecimento não inferencial também pode envolver a relação direta com certos fatos. Isto deve-se ao fato de nossa relação cognitiva ser direta com aquilo que nos é dado na experiência sensorial ou sensação, como cores, odores, etc.

O conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento de verdades por *acquaintance* são diferentes no que respeita as suas condições de verdade. A condição de verdade do conhecimento de coisas por *acquaintance* é que o sujeito esteja relacionado a um objeto; se eu estou consciente, devo estar “consciente de algo”. Ou seja, quando se está consciente de algo, tem-se acesso imediato ao objeto de consciência. O conhecimento de verdades por *acquaintance* depende da consciência de um conteúdo proposicional para ser verdadeira e tem como fundamento a relação de *acquaintance*. Vejamos, a seguir, algumas fontes de conhecimento para as nossas crenças básicas que fundamentam nosso conhecimento descritivo.

1.3 FONTES DO CONHECIMENTO

O conhecimento de coisas tem como fonte e constitui-se através do contato experiencial direto ou *acquaintance* com as propriedades, características de um objeto. A percepção, a sensação, o testemunho são fontes que apoiam racionalmente nossas crenças. As fontes de conhecimento proporcionam as evidências (também chamadas de fundamentos) que asseguram a conexão entre a realidade e a justificação para as crenças. As crenças fundacionais, dessa forma, devem ser sustentadas por algo que não é crença, e os melhores candidatos para serem sustentação das crenças são os vários tipos de percepção.

Na percepção sensorial, o que aparece é um objeto mental particular, não um estado mental particular. A percepção envolve a consciência dos dados dos sentidos que são entidades imateriais e independentes da mente (cf. ENGEL, 2012, p.4). A percepção envolve uma contraparte que é sensorial e proposicional. A contraparte sensorial, aqui, evidenciada consiste na experiência de consciência dos dados sensoriais como cores, odores, dureza.

Primeiro, apresentaremos na sequência, a percepção¹⁶ como fonte de conhecimento, ou seja, como apoio evidencial para afirmar aquilo em que se crê. Avaliaremos se ela é condição suficiente enquanto fundamento para as nossas crenças sobre objetos. Por vezes, a fonte de conhecimento não será legítima, devido à maneira como ela fornece a informação e como a informação é incorporada pelo indivíduo. Aqui, está a importância da objetividade na percepção, a saber, de não se inferir a existência de um objeto irreal.¹⁷

A seguir, veremos que Russell modifica sua concepção de um “dado sensível” com os quais, agora, não se tem perfeita consciência em *The Analysis of Matter* (1927). A sensação pura, que seria a consciência daqueles dados sensíveis, está imbuída de hábitos, memória e interpretação, e é apenas uma inferência. A sugestão de meios para distinguir a sensação, a memória e a imaginação na análise da experiência perceptiva vulgar segue-se a substituição do dado sensível presente na consciência como justificação das proposições que se tem experiência imediata. Os dados dos sentidos são substituídos pela análise do núcleo sensorial da experiência, que é a parte da experiência perceptiva que sobraria se lhe fosse retirado aspectos da memória, hábito e imaginação. Os objetos físicos seriam construções lógicas a

¹⁶A percepção é uma fonte básica mediata de justificação (conhecimento), ou seja, ela não necessita de nenhuma outra fonte básica para formar crenças em um indivíduo.

¹⁷“Se o que existe pode ser apreendido de um só modo e sem risco de ilusão, a busca de conhecimento tem menos chances de malograr. Não sendo esse o caso, é importante determinar como o que existe é apreendido, e se a maneira como é apreendido pode impedir que seja conhecido” (OLIVA, 2011, p.26).

partir daquele núcleo sensorial. Na época em que Russell fala em construções dos objetos, ele já havia excluído, juntamente com os dados sensíveis, a noção de sujeito na análise de conhecimento.

1.3.1 Teoria causal da percepção

Russell aborda a questão do conhecimento dos objetos externos por meio da teoria causal da percepção.¹⁸ Ele quer mostrar que apesar de certa maneira *ficarmos presos ao parecer* (o que é para mim de um modo, é para outrem de outro modo) e sermos incapazes de determinar como as coisas essencialmente¹⁹ são, temos condições de chegar a algum tipo de conhecimento dos objetos externos.²⁰ Russell sustenta a teoria causal da percepção para explicar como poderíamos ter acesso cognitivo aos objetos externos. O conhecimento do mundo externo está restrito às informações que podemos inferir e construir a partir das nossas sensações.

A única coisa que podemos conhecer sobre os eventos externos é a sua estrutura abstrata ou forma lógica, ou seja, o máximo que pode ser acessado do mundo físico é sua estrutura ou forma lógica (STEINLE, 2006, p.27). Podemos conhecer somente as propriedades lógico-matemáticas das relações, ou seja, somente a descrição formal de uma relação, e não a própria relação. Nós não temos acesso às relações entre os objetos, mas às propriedades das relações entre eles. Isto porque não se pode conhecer diretamente os objetos das relações (Ibid., p.25). Abordaremos o estruturalismo de Russell mais adiante.

As nossas percepções têm origem em causas externas e dão-nos alguma evidência que as nossas crenças estão conectadas ao mundo. Mas não nos dão certeza de que sejam verdadeiras. Uma proposição seria uma abstração da realidade que se assemelharia a estrutura da mesma. Russell atribui duas maneiras sobre como podemos conhecer os objetos físicos:

¹⁸A percepção fornece-nos conhecimento do mundo, mas não de objetos externos.

¹⁹A identidade de algumas de nossas percepções revela-nos os objetos exteriores diretamente para o senso comum com seu realismo ingênuo. Este, no entanto, apresenta problemas para explicar as diferenças entre nossos perceptos.

²⁰“Não obstante tudo quanto lhe devem os filósofos contemporâneos, a concepção que da filosofia tinha Russell está ultrapassada. Já lhe reconheci a posição de representante da alta tradição do empirismo inglês – em verdade, ele se coloca muito mais próximo de Locke, Berkeley, Hume e John Stuart Mill do que dos adeptos de Moore, Wittgenstein ou Carnap. O motivo principal está em Russell aceitar a hoje inaceitável presunção de que todas as nossas crenças demandam justificação filosófica. Ele não admitia que um argumento filosófico possa bastar para resolver questões empíricas, tais como a existência da mesa em que acredito estar escrevendo, o resultado da batalha de Waterloo ou problemas formais, como o da existência de um número primo par ou a validade do teorema de Pitágoras” (AYER, 1974, p. 37).

construção e inferência. Os objetos físicos são inferidos através dos dados dos sentidos, que são os elementos menos suscetíveis à dúvida.

O único conhecimento direto que podemos ter é o da ‘característica intrínseca’, ‘natureza’ ou ‘qualidade’ – isto é, propriedades de primeira ordem e relações das percepções – das *percepções*, o conhecimento (apenas da estrutura) do objeto exterior é então *inferido* desses componentes das percepções. (STEINLE, 2006, p. 26)

Primeiro, apresentaremos alguns argumentos de Russell para sua teoria causal da percepção em *The Analysis of Matter* (1927), isto é, para a existência de objetos externos que geram os perceptos que experienciamos. Por fim, apresentaremos o que podemos conhecer dos objetos externos através das informações que se pode obter da percepção.

Como já vimos no segundo capítulo, os objetos físicos não são conhecidos por familiaridade. Os objetos da familiaridade são os *sense data*. É claro que para sabermos seja o que for sobre a mesa tem de ser por meio dos dados dos sentidos – cor castanha, forma oblonga, lisura, etc. – que associamos à mesa; mas pelas razões dadas, não podemos dizer que a mesa é os dados dos sentidos, nem mesmo que os dados dos sentidos são diretamente propriedades da mesa. “Assim, levanta-se um problema quanto à relação entre os dados dos sentidos e a mesa real, supondo que há tal coisa” (RUSSELL, 2008, p.74). Com isso, se os objetos físicos não são conhecidos por familiaridade, então não há como assegurar sua existência.

As razões porque Russell julga que tais afirmações não podem ser feitas derivam daquilo que veio a ser conhecido como argumento fundado na ilusão. Esse argumento baseia-se, em parte, no fato de que um objeto como a mesa pode apresentar aparências diversas, a diferentes observadores, segundo os ângulos por que seja contemplado o objeto, ou devido a diferentes condições físicas, ou devido as próprias pessoas se encontrarem em estados físicos ou psicológicos diferentes. (AYER, 1974, p.74)

A convicção do senso comum é que há objetos independentes de nós cuja ação dá origem as nossas sensações. E há boas razões para considerar-se que existe um objeto público, mais ou menos permanente, que subjaz aos dados sensíveis. Uma das razões para admitir-se a existência de objetos públicos é que, apesar de existir variações naquilo que as pessoas percebem, elas dão-se conta de coisas mais ou menos idênticas. Em outras palavras, apesar dos dados sensíveis serem privativos de cada pessoa, ocorre que elas têm dados sensíveis mais ou menos semelhantes, e uma mesma pessoa pode ter os mesmos dados sensíveis em momentos distintos a respeito do mesmo objeto.

A hipótese de que o mundo reduza-se aos nossos sentimentos, pensamentos e sensações e de que tudo o mais mostra-se como pura ilusão não é logicamente impossível. No entanto, não pode ser considerada a explicação mais simples para os fatos de nossa vida. O pressuposto do senso comum de que existem objetos físicos, independentes de quem os percebe, e que dão origem as nossas sensações, parece ser mais razoável por questões de simplicidade. Por exemplo, como se explica o fato de um gato ter fome se ele consistisse unicamente de um conjunto de dados sensíveis de natureza puramente mental. Pois se o gato só existiu durante o tempo em que alguém percebeu-o, como explicar o fato que ele tem fome, como o apetite pode ter surgido durante o tempo da sua não existência (RUSSELL, 2008, p.36).

Uma outra razão para acreditar-se que existam objetos físicos que não dependem completamente de que alguém perceba-os é a crença instintiva na existência das demais pessoas. A não ser que se admita que os dados sensíveis sejam sinais de objetos que existam independentemente de nós, não se pode admitir a existência de outras pessoas, pois, assim como os objetos físicos, as outras pessoas seriam um conjunto de dados sensíveis pertencentes à experiência privada. Os objetos físicos não podem ser identificados com os nossos dados sensíveis, contrariando nossa crença instintiva, não destróem outra crença em nós, a saber, que existem objetos físicos correspondentes aos nossos dados sensíveis. Mas qual seria a natureza desses objetos? Qual a relação que os dados dos sentidos guardam com os objetos da física?

[...] qual é a natureza desta mesa real, que persiste independentemente da minha percepção dela? A esta questão a ciência física dá uma resposta, algo incompleta, é verdade, e em parte muito hipotética, mas que todavia merece respeito, tanto quanto possível. A ciência física, mais ou menos inconscientemente, foi dar à perspectiva de que todos os fenômenos naturais devem ser reduzidos a movimentos. Luz, calor e som devem-se todos a movimentos ondulatórios, que viajam do corpo que os emite até a pessoa que vê a luz ou sente o calor ou ouve o som. O que tem o movimento ondulatório é ou o éter ou a “matéria bruta”, mas em qualquer caso é o que o filósofo chamaria matéria. As únicas propriedades que a ciência lhes atribui são a posição no espaço, e o poder de movimento de acordo com as leis do movimento. (RUSSELL, 2008, p.90)

As percepções poderiam ter uma origem comum, uma origem causal comum. As semelhanças entre percepções simultâneas similares faz-nos acreditar que existe uma origem comum para elas. A saber, por exemplo, quando vemos o sol, os perceptos de duas pessoas não são idênticos, eles são apenas similares. Essa similaridade nas nossas percepções, obtidas por inferência, faz acreditar que elas possuem uma objetividade, a saber, uma origem causal

comum. A percepção não gera conhecimento de um objeto físico e sim um dado para a inferência de uma causa exterior da percepção.

Os argumentos que serão aqui apresentados têm, no entanto, pouco mais do que uma justificação pragmática. Vamos expor, na sequência, alguns dos argumentos a favor da teoria causal da percepção como contraponto ao senso comum e ao fenomenalismo. A existência de coisas diferentes de nossos próprios perceptos pode ser afirmada através da perspectiva de que existem perceptos ligados a outras pessoas. Isto envolve a interpretação da analogia entre o que percebemos dos outros e o que percebemos de nós próprios.²¹ A interpretação entre os atos dos outros e o que faríamos em circunstâncias similares reside no interior do mundo perceptivo.

[...] na passagem, através da experiência, das formas e movimentos “aparentes” para formas e movimentos “reais” [...] é o processo de tornar-se familiarizado com os grupos congruentes, isto é, para falar de um modo imperfeito, com os grupos de sensações visuais que correspondem às sensações táteis similares. (RUSSELL, 1978, p.184)

Há três estágios na ordem lógica quando estamos tentando estabelecer a existência de coisas diferentes de nossos próprios perceptos. O primeiro estágio consiste na capacidade de organizar os perceptos em grupo.²² Este primeiro estágio não nos leva para fora dos nossos próprios perceptos. Ele elimina a referência a um objeto e permite-nos falar de um “objeto físico” como um grupo de perceptos, explicando as supostas mudanças desse objeto.²³ Consiste no processo de “tornar-se familiarizado com os grupos congruentes, isto é, [...] com os grupos de sensações visuais que correspondem às sensações táteis similares” (Ibid., p.184).

A capacidade de estabelecer a existência de coisas diferentes de nossos próprios perceptos ocorre por analogia. Esta analogia é uma interpretação daquilo que percebemos dos

²¹“This means that what one observes of the behavior of other persons, including their speech, allows one to infer that this behavior means that the behavior means that the cause of the behavior is a person, like oneself, and that what that person says, as a report of his experience, means as a report of one’s own experience. This is an assumption which common sense does not hesitate to make, yet it lacks the justification of direct experience since we cannot experience the experience the others, nor can it be logically inferred from our own experience. The method of constructing and correlating perspectives described in *The Analysis of Mind and The Analysis of Matter* depends on accepting testimony based on the assumption of the existence of other minds. The further analysis of perception made the hope of replacing the postulate with a construction more remote. Hence the existence of others minds reminds a postulate which must be accepted unless one were able to accept Berkeley’s God or solipsism” (EAMS, 1969, pp. 166-167).

²²“Um grupo consiste de todos os perceptos que o senso comum acredita serem perceptos de um objeto idêntico por diferentes sentidos e de diferentes pontos de vista” (RUSSELL, 1978, p.185).

²³“Quando eliminamos a referência a um objeto, deve-se constituir um grupo por correlações entre um percepto e outro (tato e visão quando se segura um objeto na mão), parcialmente entre um percepto e as mudanças em outro percepto (movimento corporal e mudanças das percepções visuais e táteis enquanto nos movemos). Ao assumir que estas correlações valerão para casos não testados, estamos obviamente usando a indução; de outro modo, todo o processo é direto” (RUSSELL, 1978, p.185).

outros e o que percebemos de nós próprios. Além disso, depende da capacidade de familiaridade com os grupos congruentes.

Aquela analogia é de duas espécies, a de primeira espécie é mais simples e consiste em inferir que outras pessoas tiveram mais ou menos os mesmos estímulos para percepções análogas as nossas. Neste estágio, notamos a similitude de comportamento das outras pessoas em relação ao nosso próprio comportamento²⁴ e inferimos que as pessoas tiveram percepções análogas as nossas²⁵, como, por exemplo, aplaudir quando desce o pano e dizer “oh” quando um rojão explode. Neste caso, experienciamos o estímulo e reagimos exatamente como fazem os outros.

O segundo tipo de analogia consiste em inferir que outros experienciaram estímulos que não experienciamos. No primeiro tipo de analogia, atribuímos o comportamento dos outros a estímulos que percebemos. No segundo tipo de analogia, supomos que os outros experienciaram estímulos a partir do comportamento deles. Neste caso, atribuímos estímulos que não estamos percebendo no momento ao comportamento dos outros (cf. RUSSELL, 1978, p.184).

A coisa exata que estivemos tentando provar é a seguinte: dada uma correlação observada entre nossos próprios perceptos, nas quais o segundo termo é o que naturalmente chamar-se-ia um percepto de nosso próprio comportamento corporal, e dado um percepto de um comportamento similar a ele, inferimos que este comportamento era precedido por um evento análogo ao termo anterior na correlação observada entre nossos perceptos (cf. RUSSELL, 1978, p.187).

Vejamos os exemplos²⁶, a seguir, que servem para mostrar a evidência para os perceptos de outras pessoas e, desse modo, de existentes que não percebo. Russell (1978, p.185) cita, como primeiro exemplo, uma pessoa que tenta observar os resultados de uma eleição. No entanto, nada vê devido à multidão, somente ouve uma explosão de alegria. Depois de grande esforço, consegue ver o resultado da eleição e supõe que o estímulo de alegria das pessoas foi análogo a sua percepção, embora sua percepção tenha sido subsequente a daqueles. Situação semelhante ocorre quando alguém diz “ali está Jonas”, “e olhamos ao nosso redor e vemos Jonas. Pareceria estranho supor que as palavras que ouvimos

²⁴Neste estágio, está subtendida a percepção dos nossos próprios atos, mas também a similitude dos corpos de outras pessoas entre si e com relação ao nosso próprio corpo.

²⁵Aqui, Russell não pressupõe que as percepções análogas são devido ao mesmo estímulo para nosso próprio ato, mas a estímulos similares (RUSSELL, 1978, p.184).

²⁶ “... o argumento é o tipo usual de argumento indutivo-causal no qual se baseiam todas as leis empíricas. Percebemos A e B ligados num determinado número de casos, e inferimos então A e B num caso no qual não sabemos por percepção se A está presente ou não (Ibid., p.186).

não sejam causadas por uma percepção análoga a que tínhamos quando olhávamos ao redor” (Ibid., p.181).

Aqueles dois tipos de analogia mencionados permitem alargar nossa experiência através do testemunho. “Penso que a evidência em favor dos perceptos de outras pessoas é a mais forte que temos para alguma coisa que nós próprios não percebemos” (Ibid., p.187). Nesse caso, estávamos inferindo alguma coisa muito similar ao que conhecemos em nossa própria experiência.

Até aqui o que fizemos foi considerar as evidências para existência de outras pessoas e os seus perceptos. Agora, temos de estabelecer se há alguma evidência a favor da existência do mundo exterior em geral. Evidência a favor dos existentes que satisfaçam as equações da física, a saber, a matéria.²⁷

Alguns argumentos podem ser oferecidos para supor-se que existem existentes (matéria) que não percebo. Esses argumentos, no entanto, não fornecem uma interpretação satisfatória do mundo físico. Russell propõe uma teoria dos elementos ideais para uma reinterpretação do mundo físico. Uma teoria que preserve a continuidade causal parece ser a teoria mais desejável para a reinterpretação do mundo físico. As leis causais derivam-se da observação estreita e, em outros casos, se preserva-as inventando coisas ideais.

As diferenças nos perceptos correlatos de vários observadores podem ser ligadas, aproximadamente, embora não exatamente, pelas leis da perspectiva.²⁸ As diferenças entre percepções correlatas podem estar relacionadas com as diferenças nas situações daqueles que percebem. Por exemplo:

Pois, sejam A e B dois observadores, a e b seus perceptos visuais correlatos, que, sendo correlatos, são descritos como perceptos de um objeto físico O. Se as dimensões angulares de a são maiores do que aquelas de b , diremos (como uma definição) que A está mais próximo de O do que de B. Podemos desta maneira construir várias rotas convergindo até O. Podemos construir nossa geometria de tal forma que elas se interceptem, e definiremos nossa intersecção como o lugar em que O está. (RUSSELL, 1978, p.188)

²⁷Os termos “objeto físico” e “matéria” não devem ser entendidos nem tal como o realismo ingênuo do senso comum os concebe, nem como o fenomenalista. Primeiro, não devem ser entendidos tal como o senso comum devido à ausência de identidade (diferenças de maior ou menor grau) entre os perceptos de diferentes pessoas. Segundo, não deve ser entendido tal como o concebe o fenomenalista, devido à semelhança entre nossos perceptos “que nos faz aceitar a teoria de uma origem comum para as percepções simultâneas similares” (Ibid., p.187).

²⁸As leis da perspectiva nada mais são do que, primeiro: a organização em torno de um centro; “[e] no espaço derivado dos “pontos de vista” podemos localizar os objetos físicos” (Ibid., p.188).

Os perceptos do mesmo objeto físico podem ser ordenados em torno de um centro, que consideramos ser o lugar em que está o objeto físico em questão. Os perceptos podem variar de um sujeito²⁹ para outro, mas as leis da perspectiva permitem-nos localizar o objeto físico em um espaço. No caso do conhecimento da existência dos objetos físicos (matéria), “estamos inferindo alguma coisa que nunca se pode experienciar, e de cuja natureza não podemos conhecer nada além daquilo que a inferência garante” (Ibid., p.187).

Mas, como vimos anteriormente, as diferenças entre percepções correlatas devem-se às diferenças nas situações daqueles que percebem, de acordo com as leis de “perspectiva”. E podemos construir pontos de vista ideais, onde não há sujeito que perceba; de modo que diferentes perceptos “podem estar ligados da maneira que nos faz considerá-los como estados sucessivos de uma “coisa” ou “corpo”.³⁰ Mas não se pode afirmar que espécie de “coisa”³¹ esteja por detrás dos perceptos dos vários observadores.

Há outra dificuldade em relação à percepção e à questão da existência dos objetos físicos: “quais os elementos num percepto que se podem usar para a inferência com relação à existência de alguma coisa diferente de si próprio, e com relação à natureza das inferências quando elas podem ser feitas” (Ibid., p.195). Esta questão está ligada à “objetividade” numa percepção. A objetividade, na percepção, é uma questão de grau: “quanto mais corretas são as inferências que podemos obter de um percepto com relação a outros eventos (sejam perceptos ou não) pertencentes ao mesmo grupo, tanto mais “objetiva” é a percepção” (Ibid., p.198).

O objeto “real”, enquanto oposto as suas “aparências”, é alguma coisa da natureza de uma fórmula. O tamanho ou forma real de um objeto é uma abstração da estrutura observacional (forma aparente). E é através dessa estrutura abstrata que são calculados os outros membros do grupo de um objeto em questão. Isto embasa um dos pontos fundamentais da teoria causal da percepção. *A saber, o ordenamento dos perceptos no mesmo espaço, a continuidade entre os perceptos e os eventos correlatos em outras partes do espaço, deles*

²⁹O espaço onde estão os observadores também não é um espaço contínuo. Mas, podemos formar a concepção de um espaço no qual os sujeitos que percebem estão situados. Os perceptos variam de um sujeito para outro, e até mesmo, em relação ao mesmo sujeito. Mas, podemos construir um espaço de sujeitos que percebem interpolando perceptos ideais, nas regiões em que não exista um sujeito que perceba.

³⁰Russell propõe uma teoria que interpreta os objetos físicos em termos de uma construção dos perceptos. A construção desses perceptos é feita segundo leis análogas a dos pontos, linhas e planos ideais na geometria descritiva. A fim de provar uma teoria de uma origem comum para as percepções simultâneas similares, Russell não quer assumir nenhuma coisa que ninguém perceba para estabelecer um espaço comum no qual todos nós vivemos. No entanto, discorda que elementos ideais sejam irrealis.

³¹“Portanto o que ocorre antes que a luz alcança um olho é presumivelmente diferente daquilo que ocorre a seguir, e portanto diferente de um percepto visual. Mas supõe-se ser causalmente contínuo ao percepto visual” (Ibid., p.193).

derivadas e da locomoção. Isto é possível devido as leis de correlação sugeridas pelo agrupamento de perceptos (cf. *Ibid.*, p.194).

As aparências próximas a um grupo de perceptos podem ser determinadas por meio do ‘objeto real’ ou ‘estrutura abstrata’. Aquelas aparências estão correlacionadas, pois as duas estruturas concretas: a física e a observacional, são membros da mesma estrutura abstrata: “Dadas as medidas de uma casa, podemos inferir sua distância aparente a uma distância dada numa direção dada. Se a percepção fosse totalmente precisa e regular, uns poucos perceptos pertencentes a um grupo dado permitir-nos-iam determinar todos os perceptos, reais e possíveis, pertencentes àquele grupo” (*Ibid.*, p.196).

Verifica-se que, de fato, este não é o caso. Existem dois elementos que não tornam a percepção totalmente objetiva e regular: a vaguidade e a subjetividade. A subjetividade deve ser diferenciada da vaguidade na percepção. Uma percepção não falha em objetividade por simples vaguidade, pois o fato dela diminuir o número de inferências não significa que acontece o mesmo em termos da sua correção.

De ver uma gota de água a olho nu, não podemos saber que sob o microscópio verificar-se-á que ela está repleta de bacilos. Quando vemos um homem a umas cem jardas, não podemos dizer se ele é gentil ou grosseiro. Quando apenas podemos distinguir a voz de uma pessoa. Todos esses são casos de “vaguidade” num determinado sentido perfeitamente preciso (...). Neste sentido, os perceptos mais distantes são mais vagos do que os perceptos mais próximos: podem-se inferir os primeiros dos últimos, mas não os últimos dos primeiros. (*Ibid.*, p.196)

A subjetividade na percepção está ligada à falsa inferência³². Por exemplo, “onde uma pessoa vê duas cores, o vermelho e o verde, outra vê somente uma” (*Ibid.*, p.199). Tais defeitos nas percepções devido aos órgãos dos sentidos podem ser descobertos pela comparação das percepções de diferentes pessoas: “onde uma pessoa vê duas cores, o vermelho e o verde, outra vê somente uma, temos uma diferença descobrível, que é corretamente descrita como um defeito na visão da pessoa que vê somente uma cor” (*Ibid.*, p.119).

A subjetividade³³ na percepção pode ter três origens: a física, a fisiológica e a psicológica; ou talvez melhor, a física, a sensorial e a cerebral. A vara que parece curvada

³²“A subjetividade entra somente quando somos levados a fazer inferências falsas, não quando somos somente incapazes de fazer inferências que outro pode fazer. Uma simples deficiência, tal como a cegueira ou surdez, não importa em subjetividade, mas ver duplicado importa se isso nos engana”. Engana-nos quando conduz a inferências falsas, por exemplo, que existem dois objetos táteis, ou que uma pessoa próxima de nós verá dois objetos” (*Ibid.*, p.199).

quando está até a metade dentro da água é um exemplo óbvio de subjetividade física.³⁴ Neste caso, o problema diz respeito à correlação entre os diferentes sentidos que é incomum (Cf. RUSSELL, 1957, p.191). A subjetividade física³⁵ está relacionada às distorções ligadas aos objetos intermediários.³⁶ A saber, está relacionada aos objetos exteriores, ao sujeito que percebe. A causa da correlação enganosa é física e pode ser registrada pela fotografia. “O cajado que se dobra na água pertence a esta classe. Diz-se que ele parece dobrado, mas é reto: isto apenas significa que é reto ao tato, mas o vemos quebrado.³⁷ Não haverá ‘ilusão’, mas apenas falsa inferência se pensarmos que o cajado pareceria quebrado ao tato” (RUSSELL, 1957, p.194).

Algumas crenças perceptuais são formadas em condições inadequadas, sob alucinação, ou tendenciosamente, ou qualquer coisa dessa ordem. Estas não são suficientes para o embasamento racional.

Pelos exemplos acima pareceria que os dados sensoriais anormais, do tipo que consideramos enganadores, possuem intrinsecamente o mesmo status que quaisquer outros, mas diferem no que respeita às suas correlações ou ligações causais com outros “*sensibilia*”³⁸ e com as “coisas”. Já que as costumeiras correlações e ligações se tornam se tornam parte de nossas irrefletidas esperanças, e até parecem, salvo para o psicólogo, fazer parte de nossos dados, *veio-se a pensar, erroneamente, que em tais casos os dados são irrealis, quando na verdade são apenas as causas de falsas inferências.* (RUSSELL, 1957, pp.196-197)

Os argumentos apresentados, no entanto, não permitem argumento contra o realismo estrutural³⁹ de Russell.⁴⁰ Este dá-nos uma garantia que as proposições perceptuais podem ser

³⁴“Da mesma forma o são muitos efeitos da reflexão, refração, etc. A teoria da relatividade esclareceu uma nova espécie de subjetividade física, dependente do movimento relativo. A prevenção contra as inferências erradas devido à subjetividade física é uma parte da tarefa da física e não envolve a fisiologia ou psicologia” (RUSSELL, 1957, p.199).

³⁵Existe, entretanto, um fato inverso, a saber, que o que se pode chamar a lei “regular” para inferir aparências distantes a partir de aparências próximas pode ser interferida por coisas intermediárias. O sol pode ser visível de uma grande altitude quando as nuvens o tornam invisível desde a superfície da terra. Os sons podem ser interrompidos por obstáculos, e extinguem-se completamente a uma distância considerável de sua origem (...) Este conjunto de fatos interfere na inferência de aparências distantes a partir das aparências próximas, exatamente como o primeiro conjunto interferia na inferência de aparências próximas a partir das distantes” (Ibid., p. 196).

³⁶“Quando estes objetos estão entre o corpo do sujeito que percebe e o centro do grupo ao qual pertence o percepto, a subjetividade é física” (RUSSELL, 1978, p.189).

³⁷ Na dupla visão, a correlação entre os sentidos também não é adequada. “O caso da dupla visão também deve ser tratado aqui, conquanto a causa da sua inusitada correlação seja fisiológica, e portanto não perceptível a fotografia” (Ibid., p.194).

³⁸“Chamarei *sensibilia* os objetos que têm o mesmo estado metafísico e físico que os dados sensoriais, sem necessariamente serem dados de mente alguma. (...) um *sensibile* torna-se dado sensorio quando se dá a relação de conhecimento” (RUSSELL, 1957, p. 165).

³⁹ “Diz-se que duas relações P e Q são semelhantes se houver uma relação de uma para uma entre os termos de seus campos, tal que, sempre que dois termos tiverem a relação P, seus correlatos terão a relação Q e vice-versa (...) Duas relações que sejam semelhantes têm a mesma “estrutura” ou “número relacional. O “número

verificáveis e podem fundamentar o conhecimento de outras proposições, apesar dessas não serem garantia de verdade. “O que Russell sustenta, com efeito, é que podemos conhecer somente as propriedades das relações entre os objetos físicos, e não sua ‘natureza intrínseca’” (STEINLE, 2006, p.24). Isso é o que consiste basicamente o realismo estrutural epistemológico.

O desenvolvimento desse realismo na obra de Russell é devido a considerações acerca da fundamentação da física. (Ibid. p.25). “O problema fundamental é, diz Russell, que ao tentarmos correlacionar “o suposto conteúdo do mundo físico” com a única realidade de que temos conhecimento imediato e seguro, os dados sensoriais, temos acesso a apenas um dos termos da correlação” (CHIBENI, 2001, p.8).

Na física, como a conhecemos usualmente, os dados sensoriais aparecem como funções de objetos físicos: quando tais e tais ondas ferem os olhos, vemos tais e tais cores, e assim por diante. Mas na verdade as ondas são inferidas das cores, e não vice-versa. (...) a verificação só é possível se os objetos físicos puderem ser exibidos como funções dos dados sensoriais. *Temos portanto de resolver as equações que expressam os dados sensoriais em termos de objetos físicos, de maneira que as façamos dar os objetos físicos em termos de dados sensoriais.* (RUSSELL, 1957, p.163, grifo meu)

O realismo estrutural consiste na afirmação de que podemos inferir da estrutura das nossas percepções que elas correspondem à estrutura do mundo físico, mas não as suas características intrínsecas: “O conhecimento (apenas da estrutura) do objeto exterior é então inferido desses componentes das percepções” (STEINLE, 2006, p.26). O conhecimento das estruturas dos estímulos a partir das estruturas dos perceptos é possível devido a três princípios.

Primeiro: “Admitimos que as diferenças em perceptos implicam diferenças em estímulos; isto é, se uma pessoa ouvir dois sons ao mesmo tempo, ou vir duas cores ao mesmo tempo, dois estímulos fisicamente diferentes atingiram seu ouvido ou olho” (RUSSELL, 1978, p. 228).

relacional” de uma relação é o mesmo que sua “estrutura”, e é definido como a classe de todas as classes semelhantes a dada relação” (RUSSELL, 1978, p.249).

⁴⁰ “Mesmo sendo *A Análise da Matéria*, de 1927, a sua obra mais citada no que tange ao seu realismo estrutural, já podemos encontrar traços deste em sua obra de 1912, *The Problems of Philosophy*. Nessa obra, onde ele delineia os primeiros passos para o seu estruturalismo, encontramos um Russell fortemente influenciado pelos empiristas britânicos. Suas considerações acerca da percepção, na época tomada como ‘dados dos sentidos’ (sense-data) conduzem Russell a considerá-la como fundamento de todo o conhecimento do mundo exterior. Segundo Russell, temos bons argumentos para sustentar a crença de que os objetos físicos são a *causa* das percepções através dos dados dos sentidos. No entanto, o que a ciência nos pode contar sobre esses objetos físicos?” (STEINLE, 2006, p.23).

Segundo: O conhecimento das estruturas dos estímulos também depende da continuidade espaço-temporal. Ou seja, de que a causa é espaço-temporalmente contínua na relação com o efeito (cf. STEINLE, 2006, p.26).

Do ponto de vista formal, o que admitimos é algo como isto: existe uma relação mais ou menos de um para um entre estímulo e percepto⁴¹ – isto é, entre os fatos externos ao órgão sensorial e o fato a que chamamos percepção. Isto nos capacita a inferir certas propriedades matemáticas dos estímulos quando conhecemos o percepto, e inversamente nos capacita a conhecer o percepto quando conhecermos essas propriedades matemáticas do estímulo. Por conseguinte, exceto se estivermos estudando Fisiologia ou psicologia, podemos supor que o que está acontecendo num lugar é aquilo que uma pessoa perceberia no lugar, dado que nos valemos, na inferência, apenas daquelas propriedades do percepto que ele partilha com o estímulo. Por exemplo, não nos valemos do caráter azul da cor azul, mas podemos nos valer de sua diferença do vermelho ou amarelo. Não podemos argumentar que devido a um quadro parecer belo, conseqüentemente haja beleza num sistema de estímulos, porque a beleza pode depender de qualidades concretas. Mas nada na ciência física depende de qualidades concretas. Daí, para fins práticos em Física, a diferença entre percepto e estímulo apenas nos compelir a nos limitarmos a propriedades estruturais dos perceptos; na medida em que façamos isso, não precisamos nos dar ao incômodo de lembrar que estímulo e percepto são diferentes. (RUSSELL, 1978, p.229)

Terceiro: “E podemos, sem dificuldade, estender a geometria ao mundo externo de nossas percepções, embora o espaço daquele mundo venha apenas a corresponder ao espaço da percepção em certos sentidos, e não seja de modo algum o espaço da percepção”. (RUSSELL, 1978, p.228). Em outras palavras, “As relações entre os perceptos refletem – têm as mesmas propriedades matemáticas que - as relações entre suas causas não perceptuais” (STEINLE, 2006, p.26).

A *acquaintance* com um fato possibilitaria a aquisição de uma crença verdadeira correspondente ao mesmo. Uma proposição é verdadeira se a estrutura da mesma corresponde à estrutura de como é o mundo. Mas, como veremos a seguir, a *acquaintance* não proporciona um acesso a estrutura do mundo; não garantindo a verdade das crenças que produz.

⁴¹“Observar-se-ia que a qualidade intrínseca de um percepto não é importante neste aspecto: se uma pessoa vê o vermelho onde outra vê o verde, e verde onde outra vê vermelho, o fato será indiscernível e alarmante. Mas se, onde uma pessoa vê duas cores, o vermelho e o verde, outra vê somente uma, temos uma diferença descobrível, que é corretamente descrita como um defeito da visão da pessoa que vê somente uma cor. Sempre se assume que se dois estímulos produzem efeitos diferentes notáveis num dado sujeito que percebe em um tempo dado, devem existir diferenças correlacionadas nos estímulos correlacionados com as diferenças em seus efeitos; enquanto que se os efeitos não são notavelmente diferentes, podem no entanto existir diferenças no estímulo” (RUSSELL, 1978, p.199).

1.3.2 Sobre a estrutura do objeto físico e sua realidade

Abordaremos, aqui, o conceito lógico de estrutura a partir da qual se descreve a construção lógica dos objetos da física. Um objeto externo não nos é dado como os *sense data*, mas são Construções a partir de sensações.⁴² Os objetos externos seriam classes de particulares⁴³ com os quais não há necessariamente comprometimento ontológico.⁴⁴

[...] farei a suposição de que o mundo físico, sendo independente da percepção, pode ser conhecido como tendo certa similaridade estrutural com o mundo de objetos de nossa percepção, mas não como tendo qualquer similaridade qualitativa. Quando digo que tem similaridade estrutural, digo-o na suposição de que as relações de ordem, em cujos termos se define a estrutura, são espaciais e temporais, tais como as que conhecemos em nossa própria experiência. Certos fatos acerca do mundo físico, portanto – principalmente os que consistem em estrutura de espaço-tempo – são tais como imaginamos. Por outro lado, os fatos com relação ao caráter qualitativo das ocorrências físicas são, presumivelmente, tais, que não os podemos imaginar. (RUSSELL, 1958, p.182)

O termo “estrutura” pode ser entendido através exemplos linguísticos: “Exibir a estrutura de um objeto é mencionar as suas partes e os modos pelos quais se entrelaçam.” (RUSSELL, 1958, p. 22). As sentenças que pertencem à lógica são verdadeiras sem que tenhamos de saber os significados de suas palavras. Este tipo de sentença permanece sem perda de significação e verdadeira se substituirmos as palavras que a compõem. Por exemplo: “Se todo *homem* é mortal e *Sócrates* é homem, logo “*Sócrates* é mortal””. Aqui, podemos substituir as palavras “Sócrates”, “homem” e “mortal” por palavras que não alteram o valor de verdade daquelas sentenças. Aquelas palavras podem ser modificadas, pois não indicam a estrutura da sentença. Diferentemente das palavras, outras palavras nas sentenças acima, tais como “se-logo”, “todo”, “é” e “e”.

⁴² Notemos que a sensação não faz parte das perspectivas, nem tampouco do objeto, ou das biografias. Ela só é usada como base provisória, para estabelecer-se quais são os particulares simultâneos, anteriores e posteriores. Assim, as sensações não farão parte da constituição do objeto para Russell, embora participem da sua construção (MURR, 2014, p.102).

⁴³ “Darei o nome de “particulares” aos derradeiros termos da estrutura física – derradeiros, quero dizer, em relação ao todo do nosso conhecimento atual. Um “particular” será algo implicado no mundo físico meramente por suas qualidades ou suas relações com outras coisas, nunca por sua própria estrutura, se é que a tem. A diferença entre uma onda transversal e uma longitudinal é estrutural; portanto, nenhuma delas pode ser um particular no sentido técnico que o entendo. O átomo é uma estrutura de elétrons e prótons; portanto, o átomo não é um “particular”. Mas, quando chamo alguma coisa de particular, não quero dizer que afirmo com certeza que ela não tenha estrutura; afirmo apenas que nada nas leis conhecidas de sua conduta e relações nos dá razão para inferir uma estrutura” (RUSSELL, 1978, p.273).

⁴⁴ “Note that a construction does not actually disprove the existence of the entity in question: it merely eliminates any reason to make of the theoretical commitment to its existence” (CAREY, 2009, p.48).

Um objeto é múltiplo numericamente, a saber, cada objeto momentâneo difere do outro. Mas estas séries de entidades podem ser unidas pelas leis causais e a continuidade e denominada de objeto físico⁴⁵. Os particulares unidos de acordo com a simultaneidade formam perspectivas. Os constituintes últimos da matéria seriam simplesmente dois tipos de agrupamentos de particulares, a saber, as “coisas” (classificação física) e as “biografias” (classificação que interessa à Psicologia) (cf. MURR, 2014, p. 104).

Demonstra-se que um objeto A é uma construção lógica, erigida a partir de um conjunto de objetos B, C, D, quando é possível formular uma regra para traduzir qualquer enunciado a propósito de A em um conjunto de enunciados B, C, D, no qual se encerre, pelo menos, o mesmo conteúdo factual. Dado que as entidades que Russell deseja apresentar como construções lógicas já desempenham importante papel em nosso sistema de crenças, o processo de construí-las assume a feição de um processo de análise – e, por essa razão, Russell é, frequentemente, considerado um filósofo analítico. Não obstante, suas obras tornam claro que ele não se interessa pela análise por amor da análise. Para ele esse processo é sempre o inverso do processo de construção e, portanto, tentativa de emprestar maior segurança a crenças que, de outra forma, estariam expostas à dúvida. Em resumo, a análise é, para Russell, um método de justificação. (AYER, 1910, p. 42)

As perspectivas são reunião de particulares simultâneos a uma dada sensação. Por exemplo, o cheiro da grama recém - cortada pode ser tomada como uma sensação. A reunião dos eventos que ocorrem simultaneamente a essa sensação de cheiro constitui uma perspectiva. Esses eventos são uma reunião de muitas perspectivas. A sensação obtida de uma pessoa de um diferente ponto de vista constitui em diferentes perspectivas. A reunião de perspectivas da mesma pessoa de diferentes lugares e também de diferentes pessoas caracteriza um objeto.

Russell muda sua concepção de um “dado sensível” com os quais, agora, não se pode ter perfeita consciência. A sensação pura, que seria a consciência daqueles dados sensíveis, está imbuída de hábitos, memória e interpretação, e é apenas uma inferência. À sugestão de meios para distinguir a sensação, a memória e a imaginação na análise da experiência perceptiva vulgar segue-se a substituição do dado sensível presente a consciência como justificação das proposições que se tem experiência imediata. Os dados dos sentidos são substituídos pela análise do núcleo sensorial da experiência, que é a parte da experiência

⁴⁵Uma vez que o trabalho de Russell por volta de 1914 combina **realismo** metafísico com uma teoria **empiricista** que fundamenta o **conhecimento** no presente testemunho dos nossos sentidos: o método de substituir inferências⁴⁵ por construções, então, possibilitou-lhe evitar a inferência e, portanto, reduzir a ameaça do **cepticismo**, que se alimenta sobre a questão da legitimidade da inferência, para além da experiência presente. De um modo geral, já que as inferências de sensações a objetos que as causam são incertas, eliminando inferências a objetos em favor de construções de sensações presentes, que são **seguras**, incrementa a certeza de nossas **crenças** (cf. CAREY, 2009, p. 96).

perceptiva que sobraria se lhe fosse retirado aspectos da memória, hábito e imaginação. Os objetos físicos seriam construções lógicas a partir daquele núcleo sensorial. Nessa época, em que Russell fala em construções dos objetos, ele já havia excluído juntamente com os dados sensíveis a noção de sujeito na análise de conhecimento.

SEGUNDA PARTE

2. FUNDAMENTAÇÃO DO CONHECIMENTO POR DESCRIÇÃO

2.1 A RELAÇÃO DE *ACQUAINTANCE*

A relação de *acquaintance* exerce papel fundamental, mas não é condição suficiente, para a cognição dos objetos. O conhecimento que nós temos dos objetos no mundo envolve conhecimento de verdades, que têm, naquela relação, sua fundação. As propriedades são representadas por predicados na linguagem.

O conhecimento por *acquaintance* é um tipo de relação especial entre sujeito e objetos de *acquaintance* que permitiria identificá-los sem a possibilidade de erro. Nesse sentido, de que aquele conhecimento é imune ao erro, conhecem-se os objetos por *acquaintance* perfeita e completamente. Todo o nosso conhecimento dos objetos deriva-se direta ou indiretamente da relação de *acquaintance*. Nesse caso, todo o conhecimento derivado dessa relação estaria fundamentado em bases infalíveis. Isso caracterizaria Russell (1912) como um fundacionista epistêmico clássico na teoria da justificação.

A relação de *acquaintance*, no entanto, pode não ser reveladora. Isto é, não nos relaciona diretamente com a natureza essencial dos objetos da experiência. Isso indicaria que Russell é o que, hoje, chamamos um fundacionista epistêmico moderado. A fim de expor essa possibilidade, primeiramente, apresentaremos o conceito de conhecimento por *acquaintance* e como esse conhecimento pode ser uma fonte de crença justificada. Em segundo lugar, mostraremos que o conhecimento por *acquaintance* pode não ser revelador ou infalível. Russell quer deslocar nosso conhecimento da subjetividade e assegurar a existência de uma realidade comum a todos os homens através da noção da *acquaintance*. Isso pode ser constatado na sua crítica à teoria das ideias⁴⁶ de Berkeley nos *Os Problemas da Filosofia*.

O idealista pode ser definido como um homem que acredita que qualquer coisa que existe pode ser chamada “mental”, no sentido de ter um determinado caráter, conhecido por nós por introspecção como pertencente a nossas próprias mentes.

⁴⁶ A teoria das ideias conduz ao idealismo e ao ceticismo no conhecimento. O ataque cético ao empirismo pode levar ao idealismo: “the mind is directly aware only of ideas, which are purely subjective *data*, so that any knowledge of extra-mental reality must result from some inference” (KREMER, p.250, 1994).

Este termo [ideia] foi empregado com dois significados fundamentais diferentes: 1º como a espécie única inteligível intuitível numa multiplicidade de objetos; 2º como um objeto qualquer do pensamento humano, ou seja, como representação em geral. No primeiro significado, essa palavra é empregada por Platão e Aristóteles, pelos escolásticos, por Kant e outros. No segundo significado, foi empregada por Descartes, pelos empiristas. (ABBAGNANO, 2003, p.526-527, acréscimo nosso)

Russell atenta para dois problemas com a teoria das ideias: Primeiro: A possibilidade de um conhecimento comum. O conhecimento do mundo é sempre mediado por estruturas conceituais para o idealista. As ideias, os conceitos, são subjetivos, ou seja, são entidades dependentes do sujeito. Se essas entidades são subjetivas ou arbitrárias, então, nosso conhecimento do mundo também é arbitrário (HYLTON, 2003, p.207).

[...] podemos vir a pensar que a brancura é uma «ideia» no outro sentido, isto é, um ato do pensamento; e assim acabaremos por pensar que a brancura é mental. Mas ao pensar desse modo privamo-la da sua qualidade essencial de universalidade. O acto mental de um homem é necessariamente uma coisa diferente do de outro homem; o acto mental de um homem num momento é necessariamente uma coisa diferente do acto mental do homem noutro momento. Logo, se a brancura fosse o pensamento e não o seu objeto, nenhuns dois homens diferentes poderiam pensar nela, e nenhum homem poderia pensar nela duas vezes (RUSSELL, 2008, p.158).

Segundo: A condição de que a experiência seja experiência do mundo faz com que “as ideias tornam-se um véu entre nós e as coisas externas – na verdade, nunca alcançamos, no conhecimento, as coisas que supomos conhecer, mas apenas as ideias de tais coisas” (RUSSELL, 1957, p.244).

À primeira vista, a doutrina da *acquaintance* também poderia ser atingida pelo ceticismo. Russell concorda com os empiristas e os idealistas que não se percebe diretamente os objetos materiais. Para aqueles, o objeto imediato do pensamento é uma ideia e, em consequência, a experiência presente é o limite do nosso conhecimento. Esta ideia é um objeto interno, subjetivo, ou seja, é algo dependente do espírito. Para Russell⁴⁷, “Os dados sensoriais [...] são tudo que sabemos, direta e primitivamente, do mundo externo;” (RUSSELL, 1957, p.164). “Veremos que Russell os considera privados, mas não mentais” (AYER, 1974, p.38). Mas o fato de serem tudo quanto sabemos diretamente, não nos dá motivo para presumir que sejam tudo quanto existe.

⁴⁷ “[...] os dados reais dos sentidos, os objetos imediatos da vista, do tato ou do ouvido, são extramentais, puramente físicos e devem ser considerados entre os componentes finais da matéria” (RUSSELL, 1952, p.142).

A teoria das descrições permite transcender o conhecimento da experiência presente. Por intermédio daquela teoria, “nós podemos descrever objetos e fatos que estão fora da nossa experiência por meio de termos que experienciamos” (CAREY, 2009, p.219).⁴⁸ O conhecimento por descrição é tal que se sabe que existe um objeto que possui tais e tais propriedades, embora o conhecimento do objeto enquanto tal não se pode atingir. O conhecimento dos objetos físicos relaciona-se ao conhecimento de verdades, as nossas crenças e convicções.

Passando para além de um dado conjunto de elementos, são duas as espécies de inferência possíveis de fazer. As entidades que se atingem por inferência podem ser do mesmo tipo daquelas de que se partiu ou podem ser de espécie diferente. Chamemos inferências horizontais as do meu primeiro tipo e inferências verticais as da segunda espécie (Ibid., p. 41).

A investigação para algo além dos dados dos sentidos⁴⁹ confere solidez às bases do conhecimento. Caso não se tenha justificativa para acreditar em algo, além dos dados dos sentidos, estar-se-ia confinado a um mundo que é um mero sonho, desprovido de valor existencial e cognitivo.

Vejamos, agora, a crítica de Russell ao idealismo de Berkeley, que consiste na crença de que a existência dos dados dos sentidos depende somente da consciência. Russell concorda que os dados dos sentidos dependem dos órgãos dos sentidos para existir. No entanto, a dependência causal dos dados dos sentidos dos nossos órgãos dos sentidos, nervos e cérebro não permite inferir que eles dependam somente da consciência para existirem.

Os objetos são tais como aparecem aos nossos sentidos na crença ingênua do senso comum. Este tem a crença que o mundo sensorial revela-nos objetos rígidos e permanentes, ou seja, para o senso comum, os objetos permanecem tais como os sentimos, quando não os vemos ou sentimos. “Ao senso comum, parece óbvio que percebemos ‘coisas’ com o sentido da visão e tato” (RUSSELL, 1978, p. 105).

Os argumentos dos filósofos, físicos, psicólogos e fisiologistas tendem a mostrar que as crenças do senso comum devem, pelo menos em parte, ser abandonadas. Os homens das ciências consideram os dados imediatos dos sentidos como puramente subjetivos. As coisas

⁴⁸“we can describe objects and facts that lie outside our experience by means of terms within our experience” (CAREY, 2009, p.219).

⁴⁹ “Russell considera que esses dados dos sentidos têm origem causal no mundo exterior, mas defende que só temos contato com os dados dos sentidos e não com as coisas que o causam” (MURCHO, 2008, p. XXX).

que nos são imediatamente dadas só existiriam enquanto as sentimos. Os físicos, no entanto, mantiveram a crença do senso comum em coisas indestrutíveis. Os físicos dividem a matéria em moléculas e tantas subdivisões mais quantas as necessidades futuras levarem-nos a postular, sendo as unidades a que chegam diferentes dos objetos visíveis, tangíveis, da vida cotidiana (RUSSELL, 1957, p.140). Os filósofos que escreveram sobre física interpretaram os fenômenos por meio da crença instintiva de que existe algo permanente e imutável por detrás das mudanças do mundo sensível.

Psicólogos e fisiologistas argumentam que não há um dado sensorial puro recebido passivamente pela mente. Os psicólogos admitem que grande parte do que nos é dado por intermédio dos nossos sentidos é fruto da nossa interpretação mental. Uma sensação visual nunca é pura, nossas sensações visuais são preenchidas por imagens espontâneas ou expectativas devidas à lei do hábito.⁵⁰ Um dado sensorial puro⁵¹ não faz parte da experiência sensível.

A crítica da ciência às crenças do senso comum teve influência sobre a doutrina de Berkeley. Ele nega a existência da matéria sob a influência das teorias científicas da luz e do som (Ibid., p. 106). O ataque de Berkeley, reforçado pela fisiologia dos órgãos dos sentidos, nervos e cérebro, é muito poderoso. Penso que devemos admitir como provável que os objetos imediatos dos sentidos dependem, para a sua existência, de nossas condições fisiológicas, e que, por exemplo, as superfícies coloridas que enxergamos deixam de existir quando fechamos os olhos. Seria, porém, um erro inferir que elas dependam unicamente da nossa consciência, que *não sejam reais* enquanto as vemos, e que não sirvam de base para o conhecimento do mundo exterior. (RUSSELL, 1966, p.47)

Um dado do sentido tem natureza mental, pois depende de um sujeito que o perceba para a sua existência, segundo Berkeley. Ou seja, os dados dos sentidos “não continuariam a existir caso não houvesse ver ou ouvir ou tatear ou saborear” (RUSSELL, 2008, p.100). Um objeto vem a ser nada mais do que uma ideia em nossas mentes, ou, ao menos, não se teria o direito de supor que um objeto tenha uma existência independente.

⁵⁰“Habits for Russell as for David Hume are like inductive reasoning __ from the observance of events of type A being repeatedly followed by events of type B one forms the habit of expecting B whenever one observes A (...). Instincts on the other hand, are less like inductive reasoning or habits and more like spontaneous responses to a stimulus” (CARY, 2009, p. 107).

⁵¹Em nossa reação a um estímulo sensorial, há dois elementos teoricamente distinguíveis: o primeiro devido apenas ao estímulo, o segundo devido aos concomitantes habituais. Uma sensação visual nunca é pura: outros sentidos são também estimulados em virtude da lei do hábito. Quando vemos um gato, esperamos que mia, seja macio, e mova-se como um felino; se latisse, fosse como uma pedra, ou se movesse como um urso, experimentaríamos violenta surpresa. Esse tipo de coisa tem a ver com a nossa crença de que vemos “objetos”, e não apenas que temos sensações visuais (RUSSELL, 1978, p. 108).

O idealismo berkeleyano apoia-se sob a perspectiva de que a coisa apreendida e o ato de apreensão são um e o mesmo. O dado sensório, por exemplo, seria o mesmo que uma sensação para o idealista. Os dados dos sentidos são ideias que têm que estar na mente. “A plausibilidade da perspectiva de Berkeley, de que a cor *tem* obviamente de estar na mente, parece depender da confusão entre a coisa apreendida e o ato de apreensão” (RUSSELL, 2008, p.103). Russell (2008, p.73) refutaria esta ideia, fazendo a distinção entre o dado sensório, a coisa apreendida e o ato de apreensão.⁵² “Os dados sensórios são objeto das sensações. E estas vêm a ser as experiências da consciência imediata dos dados sensórios. É verdade que o dado não tem existência em si, ele existe apenas pela relação cognoscitiva sujeito-objeto físico. Mas esta relação não tem que ter uma natureza mental” (DINIS, 1995, p. 33).

A perspectiva de que os objetos dos sentidos são mentais está fundamentada em duas crenças errôneas.⁵³ A primeira delas consiste em que os dados dos sentidos são subjetivos, pois estão em perpétuo fluxo. A segunda, que os componentes da matéria são indestrutíveis. Dessas duas crenças, seguir-se-ia que os dados dos sentidos não fazem parte dos componentes finais da matéria, pois não são persistentes e indestrutíveis. Através da discussão dessas crenças quer se mostrar que a subjetividade dos dados sensórios, na verdade, seria fisiológica. Os dados sensórios devem a sua existência aos órgãos dos sentidos, nervos e cérebro. A sensação que é psíquica e não o dado sensório. A sensação envolve um componente mental, pois é o sujeito que toma conhecimento do dado sensório.

Essas entidades que estão entre os componentes finais da matéria são chamadas de particulares (Ibid., p.144). “(...) os físicos dividem a matéria em moléculas, átomos, corpúsculos, e tantas subdivisões mais quantas as necessidades futuras os levarem a postular” (RUSSELL, 1957, p.140). Estes componentes são indestrutíveis, pois, ao contrário dos dados sensíveis, não estão em fluxo permanente. Aqueles pequenos particulares ligados pela propriedade da permanência constituem a “coisa real”, “concreta” ou “física”. O arranjo ou a disposição dos particulares pode ser concebido em analogia dos tijolos num prédio. Os

⁵² Russell (2008, p.104) entende que “uma ideia está ‘na mente’” quer dizer o mesmo que “uma ideia está ‘perante a mente’”. (...) neste sentido, está na mente pode, no entanto, ser não mental” (RUSSELL, 2008, p.104).

⁵³ O objeto da sensação é chamado “dado sensorial” ou objeto “sensível”. Um objeto sensível não é algo que possui maior ou menor permanência, por exemplo, uma mesa. Mas algo de que se tem experiência momentânea quando se atenta para uma mancha colorida ao olhar-se para a mesa. Um dado sensório é um objeto, um particular de que o sujeito toma consciência como certas manchas de cor, ruídos. O conhecimento de particulares é uma relação de dois termos, na qual um objeto é nomeado, e é incapaz de verdade ou falsidade (RUSSELL, 1957, p. 163).

particulares ou “tijolos” que estão ligados pela propriedade da permanência formam “a coisa concreta”, o prédio.

A “coisa real”, no entanto, não é mais “concreta” do que os objetos imediatos dos sentidos. A ilusão de permanência dos particulares da física é devido à continuidade de uma série de corpos menores momentâneos que compõem um corpo. Russell explica a impermanência das entidades físicas em analogia a um cinematógrafo.

Quando, num cinema, vemos um homem rolando colina abaixo, ou fugindo da polícia, ou caindo num rio, ou fazendo uma dessas coisas que é comum ver na tela, sabemos que não há na verdade um homem correndo, porém uma sucessão de imagens, cada qual com um diferente homem momentâneo (...). O homem real, também, por mais que a polícia jure identificá-lo, é na verdade uma série de homens transitórios, cada qual diferente do outro, e ligados não por uma identidade numérica, mas pela continuidade e certas leis causais intrínsecas. (Ibid., p.143)

Russell também contesta outro apontamento do idealismo berkeleano. A afirmação de que “não podemos saber que existe seja o que for que não conheçamos” (Ibid., p. 104). E, para isso, ele distingue entre conhecimento por *acquaintance* e conhecimento por descrição. Aquele apontamento berkeleano pode ser refutado ao observar-se que os verbos “saber” e “conhecer” podem ser usados com dois sentidos diferentes. O verbo ‘conhecer’ tem usos distintos na linguagem ordinária.

A palavra “conhecer”, no sentido de saber, aplica-se ao conhecimento de verdades, isto é, as nossas crenças e convicções a que se chamam juízos. “Neste sentido da palavra sabemos *que* algo é o caso” (Ibid., p.105). Mas a palavra “conhecer” também aplica-se ao conhecimento das coisas sobre as quais são os nossos juízos. ou seja, aplica-se ao conhecimento de coisas. A afirmação que “se não tenho contato com uma coisa que existe, não se pode saber que existe” não é uma verdade evidente por si mesma. É possível saber que o juízo “algo existe” é verdadeiro mesmo sem contato com este ‘algo’. Um ‘algo’ a que se atribui a propriedade de existir pode ser conhecido por descrição. Pode-se saber que algo existe, quando se sabe que satisfaz uma descrição. Primeiramente, abordaremos o que é conhecimento por *acquaintance* e, após, de forma breve, o que é conhecimento por descrição.

A fim de entender o que seja conhecimento por contato, esclareceremos o significado da palavra “experiência”, pois esta foi adquirindo vários significados ao longo dos tempos. Vamos tentar expressar o significado da palavra “experiência”, expondo alguns dos seus elementos constituintes, que são os vários objetos que se apresentam ou estão “diante da

mente”. Os dados sensórios, no momento que assim os reconhecemos, são tudo que sabemos⁵⁴, direta e primitivamente, do mundo externo.

Devido ao campo vasto de objetos que se apresenta, somente alguns são foco da atenção. Por exemplo, considere-se nosso campo de audição. Alguns objetos estão no centro do nosso campo de audição, outros estão à margem. Estes objetos que estão à margem são geralmente aqueles aos quais não se dirige a atenção. A sensação visual parece não existir, mesmo que haja o estímulo visual, se a atenção não está voltada para esse estímulo. Estas sensações fracas, devido à ausência de uma resposta “mental”⁵⁵, não estão incluídas no significado de “experiência”.

Aquela caracterização acima da palavra “experiência” poderia fazer-nos supor que não temos acesso àquilo que está fora da nossa consciência momentânea, conduzindo-nos ao solipsismo. A partir do que foi dito, parece que conhecemos alguma coisa particular quando ela faz parte de *uma* experiência chamada “nossa”. Não só as experiências presentes, mas as passadas, visto que estas podem tomar parte da nossa experiência presente, fazem parte da experiência que se chama “nossa”.

Mas será que nunca se poderá afirmar “*Isto* reside fora da minha experiência presente”? (RUSSELL, 1978, p.20). É a resposta a esta pergunta que pretendemos abordar. Mas antes é preciso responder outra questão, qual seja: por que caracterizamos nossas experiências presentes e passadas como “nossas”? O que nos permite abarcar experiências presentes e passadas em uma só experiência é a memória. Um tipo de memória permite ligar nossas experiências presentes e passadas em uma só experiência que chamamos de “nossa”. Há dois tipos de memória: a memória de nossa experiência e a memória de um objeto externo. “Se lembramos simplesmente de algum objeto externo, a experiência está no presente, e ainda não existe nenhuma razão para assumir a experiência passada”. Ao lembrarmos da nossa experiência de um evento exterior podemos recuar nossa personalidade no tempo. E, de forma hipotética, lembrar-nos de uma experiência anterior a essa experiência e, assim, sucessivamente.

Da mesma forma hipotética, dilatamos nossa personalidade adiantando-a no tempo até todas as experiências que lembrarão nossas experiências presentes direta ou indiretamente. Por esta extensão da experiência presente numa série de experiências

⁵⁴Mais adiante abordar-se-á que o fato de serem tudo quanto sabemos diretamente, não é razão, para presumir-se que sejam tudo quanto existe (RUSSELL, 1957, p.164).

⁵⁵“Mental” é a qualidade comum a todos os “estados de espírito” como pensamentos, sentimentos e volições; a este conjunto de particulares pode-se denominar de mente (RUSSELL, 1957, p.146).

ligadas pela memória, incluímos em nossa própria experiência total aqueles particulares, dos quais falamos em nosso último item, que se sabe terem existido, embora não tomem parte da experiência presente”. (RUSSELL, 1978, p.22)

O conhecimento de coisas que não experienciamos no momento, mas fazem parte da experiência total, é possível lógica e empiricamente. Nossa experiência *total* não abrange tudo, pois não podemos experienciar todos os fatos abstratos e particulares existentes. Fatos da lógica abstrata e da matemática encontram-se fora da nossa experiência total. Por exemplo, só podemos pensar em um número finito de fatos aritméticos durante toda a nossa vida. No entanto, sabe-se que o número total de fatos aritméticos é infinito; ou, então, de todos os números primos que podemos pensar, sabemos que existe um maior, embora não possamos dar um exemplo de tal número.

É possível ter conhecimento de proposições da forma “existem coisas que têm esta ou aquela propriedade”, mesmo quando não conhecemos qualquer exemplo de tais coisas. É mais fácil de encontrar exemplos daquelas proposições na matemática, mas elas também estão presentes em crenças de reinos mais concretos. Por exemplo, muitas vezes, sabemos o nome de um lugar que visitamos ou o nome de uma pessoa que conhecemos, embora não lembremos o nome deles (RUSSELL, 1978, p. 21). Estes fatos entraram em nossa experiência no passado, mas não fazem parte da “nossa” experiência presente.

O conhecimento de coisas por descrição depende, em última instância, do conhecimento *acquaintance* de coisas⁵⁶. Este gênero de conhecimento é definido como conhecimento *derivado* e é conhecimento⁵⁷ se validamente deduzido de premissas conhecidas *intuitivamente* (RUSSELL, 2008, p.193). Há o conhecimento primitivo (imediate) e o derivado de coisas e fatos. O esquema, a seguir, representa o modo como o nosso conhecimento do mundo está estruturado nos *Problemas da Filosofia*. O conhecimento de coisas e de verdades possui as seguintes interpelações: “o conhecimento intuitivo de verdades depende do conhecimento por *acquaintance* de coisas envolvidas, e conhecimento por descrição de coisas depende do conhecimento derivativo concernente a coisas descritas” (BALDWIN, 2003, p. 421).

⁵⁶ O conhecimento de coisas por *contato* é mais simples e logicamente independente do conhecimento de verdades. O conhecimento de coisas por descrição envolve sempre algum conhecimento de verdades como sua fonte e fundamento (RUSSELL, 2008, p.107).

⁵⁷ Russell (2008, p.191) levanta a questão: “...podemos alguma vez saber realmente alguma coisa, ou acontece apenas que por vezes, por sorte, acreditamos no que é verdadeiro?”

O conhecimento de coisas ocorre por *acquaintance*⁵⁸ ou por descrição. O conhecimento de coisas por *acquaintance* é um conhecimento direto, isto é, não conceitual, não proposicional. Dentre as coisas que se pode ter conhecimento direto ou imediato, estão os dados sensórios⁵⁹, por exemplo, particulares⁶⁰ como uma cor⁶¹, um ruído e também os universais. Alguém sabe de maneira direta, ou seja, sem nenhum processo de inferência que está a ouvir um som. Essas experiências constituem-se na consciência imediata dos objetos que estão diante da mente, isto é, que se nos apresentam. A sensação e a percepção são dois conhecimentos que são um tipo de *acquaintance*. Mas é importante distingui-las por que a sensação apresenta particulares, enquanto a última apresenta fatos (RUSSELL, 1978, p.44). A sensação é um tipo de *acquaintance* com ou consciência imediata de cores, sons e outros dados dos sentidos. A sensação é uma relação de dois termos na qual os objetos de conhecimento são particulares, que são incapazes de verdade ou falsidade (RUSSELL, 1957, p.164).

A dualidade sujeito-objeto caracteriza o “conhecimento” para Russell. A sensação constitui-se na consciência (*awareness*) de um “dado sensível”. A sensação⁶² seria em si mesma cognitiva. O sujeito do conhecimento é completamente independente do seu objeto. O sujeito tem uma relação com, por exemplo, um remendo de cor a que chamaríamos de consciência. O objeto de conhecimento, a cor, é físico; a sensação, ou consciência da cor, é mental.

“Pode parecer natural considerar a sensação em si mesma uma cognição, e até há pouco tempo assim a considerei. Quando, digamos, vejo uma pessoa familiar caminhar ao meu encontro na rua, *parece* que a simples visão representa conhecimento” (RUSSELL, 1960, p.114). E enquanto permaneci fiel à teoria da sensação relacional, isso quase não apresentava dificuldade. Toda sensação, segundo esse ponto de vista, era em si uma cognição que consistia na percepção daquilo que eu chamava dado sensível.

⁵⁸ Russell (2008, p.109) afirma que “Todo o nosso conhecimento, tanto o conhecimento de coisas, como o conhecimento de verdades, tem como fundamento o contato”.

⁵⁹ “Podemos chamar data a todas as coisas que percebemos sem inferência. Incluem elas todas as nossas sensações observadas – visuais, auditivas, táteis, etc.” (RUSSELL, 1960, p. 12).

⁶⁰ Esses existentes particulares também podem ser complexos. Um objeto sensível pode conter partes. Por exemplo, um objeto sensível da visão como o fato complexo observado de que a mancha vermelha está à esquerda da azul (RUSSELL, 1957, p. 163).

⁶¹ “Não é fácil dizer se é possível conhecer um complexo sem tomar conhecimento dos seus componentes, mas de modo geral não há razão por que não seja” (RUSSELL, 1957, p. 232).

⁶² Russell, em *Análise da Mente*, abandona a ideia de que a sensação pura é cognitiva “a sensação que temos quando vemos um retalho de cor é simplesmente esse retalho de cor, constituinte real do mundo físico, e parte daquilo de que a física se ocupa. Um retalho de cor não é certamente conhecimento, e portanto não devemos dizer que a sensação pura seja cognitiva” (1960, p.115, grifo do autor).

O conhecimento de verdades pode ser de dois tipos: conhecimento intuitivo e conhecimento derivado.⁶³ Por exemplo, a proposição *p* pode ser o fato que alguém está experienciando uma dor. A condição de verdade de *p* é tal que, se o sujeito tem consciência imediata de sua experiência de dor, então *p* é verdadeira. A condição de verdade do conhecimento intuitivo depende do sujeito ter a capacidade de formar uma atitude proposicional. Esta capacidade do sujeito de formar atitudes proposicionais está ausente no conhecimento por *acquaintance*.

Um fato pode ser conhecido por meio de uma crença, ou seja, conhecimento de verdades. Por exemplo, “...se o leitor sabe a hora do pôr-do-sol, pode a essa hora conhecer o fato que o Sol está a se pôr...”. Aqui, um fato complexo pode ser conhecido por um juízo que exprime as relações entre seus elementos componentes. “No conhecimento por um juízo de relação, o fato não tem que existir necessariamente” (DINIS, 1995, p.65). O juízo será verdadeiro se, de fato, a relação relaciona as partes (Cf. RUSSELL, 2008, p. 196).

O conhecimento intuitivo de coisas é um conhecimento que envolve uma parte conceitual e não conceitual, é proposicional e não inferencial. Essas crenças envolvem o conhecimento de um fato derivado da percepção, de um fato como um único todo complexo (RUSSELL, 2008, p.197). No conhecimento intuitivo, os fatos são experienciados pelos nossos *próprios* sentidos. Fatos como, por exemplo, “o sol está brilhando” conhecidos imediatamente pela sensação são “verdades da percepção”.

Fatos⁶⁴ experienciados são chamados de fatos primitivos, pois eles não se derivam de raciocínios prévios e do testemunho de outras pessoas. Essas proposições que descrevem o conteúdo das sensações e cujo conhecimento é imediato ou intuitivo são chamadas de crenças intuitivas. O conhecimento por contato é a origem de um tipo de verdade autoevidente chamada “juízos de percepção”. As verdades intuitivas seriam autoevidentes num sentido que a sua infalibilidade está garantida: “O conhecimento intuitivo está relacionado ao conhecimento por *acquaintance*, que é um conhecimento perfeito e completo, de máxima qualidade, que exclui a possibilidade de dúvida” (BALDWIN, 2003, p.422).

⁶³“O conhecimento derivado é o que é validamente deduzido de premissas conhecidas intuitivamente” (RUSSELL, 2008, p.193).

⁶⁴ Por um fato entenda-se “(...) a espécie de coisa que se expressa pela frase ‘aquela tal e tal coisa é o caso’. Um ‘fato’ neste sentido é alguma coisa diferente de uma coisa sensível existente; é a espécie de objetos com relação à qual temos uma crença, expressa numa proposição” (RUSSELL, 1978, p.19).

O conhecimento de verdades admite o dualismo da verdade ou falsidade. O conhecimento de coisas por *acquaintance*, por sua vez, não admite o erro. A consciência que se tem dos dados dos sentidos parece absolutamente certa. O conhecimento de verdades por contato é perfeito e completo e apresenta-nos as coisas exatamente como são. O conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento de verdades diferenciam-se no aspecto de que o primeiro é infalível, e o outro, falível. No entanto, ao passar-se da percepção ao juízo, o erro pode ocorrer. O conhecimento de verdades intuitivas pode estar infectado com certo grau de dúvida.

Assim, como já abordamos anteriormente, Russell mostra que se pode falar significativamente sobre objetos ou indivíduos que estão fora da nossa experiência de *acquaintance*, sendo que isso é possibilitado pelo conhecimento derivativo. Também chamado conhecimento por descrição, é um conhecimento conceitual, inferencial. “O nosso conhecimento derivado de coisas, a que chamamos conhecimento por *descrição*, envolve sempre conjuntamente contato com algo e conhecimento de verdades” (RUSSELL, 2008, p.169).

Russell lançou seu livro *Principles of Mathematics* (PoM) em 1903. Naquele livro, é apresentada sua teoria dos denotativos. Esta teoria foi, mais tarde, abandonada em prol da teoria das descrições em *On Denoting* (1905). Uma teoria em que as expressões denotativas designam indiretamente os objetos no mundo. Expressão ou frase denotativa⁶⁵ é qualquer expressão constituída das palavras ‘*todos*’, ‘*cada*’, ‘*qualquer*’, ‘*um*’, ‘*algum*’ ou ‘*o*’ seguida de um conceito-classe⁶⁶(PoM, §58). A explicação para a significação de expressões denotativas requer um elemento semântico entre a linguagem e o mundo chamado de conceito denotativo ou significado na teoria dos conceitos denotativos nos PoM.

As expressões denotativas são símbolos incompletos, isto é, não possuem significado *per se*, mas elas possuem significado no contexto de cada proposição em que ocorrem (RUSSELL, 1978, p.4). A expressão denotativa “Todos os números” no contexto da sentença “Todos os números são primos” significa: $(x) (x \text{ é um número} \rightarrow x \text{ é primo})$.

Em “*On Denoting*”, a expressão denotativa “Todos os números” não tem como seu significado a classe dos números, e nem o conceito denotativo *todos os números*, já que a expressão ‘Todos os números’ foi desmembrada nas expressões ‘*todos*’ e ‘*números*’ depois da análise lógica. Russell parafraseia a sentença ‘Todos os números são primos’ através da

⁶⁵As descrições definidas são frases denotativas constituídas do artigo “o” seguido de um conceito de classe.

⁶⁶Uma classe é a combinação dos termos que são determinados pelo conceito de classe (predicado) (PoM, § 57).

função proposicional⁶⁷ (x) (x é um número \rightarrow x é primo). “a expressão [denotativa] *per si* não tem significado, porque em qualquer proposição na qual ela ocorre, a proposição, inteiramente expressa, não contém a expressão que foi desmembrada” (RUSSELL, 1978, p. 11). Esta função proposicional contém unicamente itens com os quais se pode estar em *acquaintance*: os conceitos matemáticos número e primo, o conceito lógico de implicação e o () quantificador universal. Dessa forma, em toda proposição que podemos aprender, todos os constituintes são entidades das quais temos conhecimento de trato imediato (*acquaintance*).

Pode-se descrever um objeto através de termos que se encontram no interior de nossa experiência, e a proposição de que existe um objeto que responde esta descrição é então uma descrição composta totalmente de constituintes experienciados. É portanto possível conhecer a verdade desta proposição sem passar para a experiência exterior. Se aparece ao exame que nenhum objeto *experienciado* responde a esta descrição, segue-se a conclusão de que existem objetos não experienciados. Por exemplo, podemos conhecer Jonas, a paternidade e o fato de que todo o homem tem um pai. Então sabemos que existe “o pai de Jonas”, embora possamos nunca tê-lo experienciado. (RUSSELL, 1978, p.42)

O conhecimento dos objetos físicos envolve o conhecimento de verdades: tais dados sensíveis são ocasionados por um objeto físico. Esta frase descreve os objetos físicos por meio dos dados dos sentidos relacionados a eles. O que conhecemos diretamente é os dados dos sentidos como cor, forma, dureza, lisura, que constituem a aparência dos objetos físicos. “Segue-se que todo o nosso conhecimento que diz respeito a objetos físicos é tal que nenhum caso concreto pode ser dado. Podemos dar exemplos dos dados dos sentidos associados, mas não podemos dar exemplos dos próprios objetos físicos” (RUSSELL, 2008, p.168).

O conhecimento dos objetos físicos depende desta possibilidade de conhecimento geral que nenhum caso pode ser dado: “a mesa real, se é que existe, não é imediatamente acessível a nós, mas deve ser uma inferência daquilo que é imediatamente por nós conhecido” (RUSSELL, 2008, p.168). Os objetos físicos são uma inferência a partir dos nossos dados dos sentidos que são conhecidos imediatamente. Os objetos físicos⁶⁸ são concebidos como causas não observadas dos objetos de percepção.

⁶⁷Uma função proposicional é simplesmente qualquer expressão que contém um constituinte, ou vários constituintes indeterminados (RUSSELL, 1978, p.95).

⁶⁸“Claro que não é por argumentação que, originalmente, chegamos a nossa crença num mundo externo independente. Descobrimos esta crença pronta em nós mal começamos a refletir: é o que podemos chamar uma crença instintiva (...). Dado que esta crença não conduz a quaisquer dificuldades, mas, pelo contrário, tende a simplificar e sistematizar a explicação das nossas experiências, não parece haver boas razões para a rejeitar” (RUSSELL, 2008, p.80).

2.2 ACQUAINTANCE E O CONHECIMENTO POR DESCRIÇÃO

Como já abordamos, o conhecimento por *acquaintance* permite designar objetos e conhecer indivíduos com os quais não se pode ter experiência direta. O conhecimento do que se conhece por descrição é redutível, em última instância, ao conhecimento do que se conhece por *acquaintance*. Por exemplo, alguém pode usar a descrição “o primeiro chanceler do império germânico” para identificar Bismark. Mas não está justificado a dizer que conhece por descrição quem era Bismark, pois o conhecimento que alguém tem dele limita-se à definição expressa naquela descrição.

O mesmo ocorre ao pensar em Bismark como “o indivíduo que viveu mais tempo”. Esta descrição não envolve a referência a coisas particulares com que se pode ter a relação de *acquaintance*; a não ser o significado das palavras envolvidas na descrição. Neste caso, não se tem como determinar a verdade ou a falsidade daquela descrição. O juízo “o primeiro chanceler do império britânico foi um astuto diplomata”, no entanto, envolve a referência a qualquer coisa particular com que se tem contato. Por exemplo, algum testemunho que se leu ou ouviu sobre Bismark (Ibid. p.64).

Um resultado importante da teoria da denotação exposta acima é o seguinte: quando existe qualquer coisa da qual não temos conhecimento de trato imediato, mas somente definição através de expressões denotativas, então as proposições, nas quais essa coisa é introduzida por meio de uma expressão denotativa, não contém realmente essa coisa como um constituinte, mas contém, ao contrário, os constituintes expressos por várias palavras da expressão denotativa. Desta forma, em **toda proposição que podemos apreender** (isto é, não somente naquelas cuja verdade ou falsidade podemos julgar, mas em todas que podemos pensar), **todos os constituintes são realmente entidades das quais temos conhecimento de trato imediato.** (RUSSELL, 1978, p.14)

O conhecimento descritivo envolve a compreensão de proposições. Toda palavra de uma proposição é redutível a um objeto particular ou um conceito que compõe o significado das palavras envolvidas na proposição e com os quais se tem a relação de *acquaintance*.⁶⁹

A mente une em um todo complexo pela relação de julgar o sujeito e os seus objetos. “Quando podemos *supor* [ou julgar] que A ama B, “compreendemos a proposição” A ama B” (RUSSELL, 1957, p.241). O julgamento consiste em uma relação entre o sujeito do juízo e os

⁶⁹ Esse é o chamado princípio semântico da *acquaintance*.

objetos do julgamento, ou seja, os termos constituintes do juízo. Por exemplo, o juízo “A ama b” consiste em uma relação entre um sujeito, um objeto A, a relação amar e um objeto B. A relação de ajuizar estabelece um vínculo entre os quatro termos que constituem o julgamento: o sujeito do juízo, A, amar e B, de modo que os reúne em um todo complexo.

O constituinte de um julgamento não é o próprio objeto sobre o qual se julga, pois não se tem conhecimento direto dos objetos físicos. Por exemplo, no julgamento, “Júlio César foi assassinado”, o que ocorre na mente de alguém quando usa o nome ‘Júlio César’ não pode ser o próprio Júlio César, pois o que se conhece a respeito dele é somente um conjunto de fatos históricos. Neste caso, o indivíduo Júlio César não está ligado ao significado da expressão singular ‘Júlio César’. “O pensamento que existe no espírito de qualquer pessoa que faz uso correto de um nome próprio só se exprime de maneira explícita se substituirmos o nome por uma descrição” (RUSSELL, 2001, p.61). Veremos, mais tarde, que um nome próprio é uma descrição truncada ou um símbolo incompleto.

Resumidamente, qual é a diferença entre um nome próprio genuíno ‘a’ e uma descrição definida “OF”? Enquanto “a” é um mero representante linguístico de um átomo físico (para Russell, um *sense datum*), donde se segue que “a” não pode ser vazio, que “a” tem sentido isoladamente e que o sentido de “a” coincide com o objeto extralinguístico que representa, “OF” identifica o objeto que putativamente denota por meio de uma propriedade contida na descrição, a propriedade F, donde se segue que “OF” pode não denotar qualquer entidade sem que com isso perca o sentido. (GRAÇA,2002,p.6)

Abordaremos, agora, a significação das expressões denotativas chamadas de descrições definidas, as quais são expressões predicativas precedidas pelo artigo definido ‘o’, ‘a’, como, por exemplo, as expressões ‘o atual rei da Inglaterra’, ‘a revolução da Terra ao redor do Sol’. Primeiro, vamos supor que o significado de descrições definidas sejam os objetos aos quais se referem; esta concepção de referência direta, isto é, que nomes singulares têm como significado os objetos mesmos foi apresentada nos “*The Principles of Mathematics*”⁷⁰.

Nesta mesma obra tem-se que nomes próprios derivados de conceitos por meio do ‘o’ (the) têm significado. Uma expressão denotativa designa um objeto no mundo devido à entidade associada a essa expressão chamada de conceito denotativo ou significado. Não abordaremos, aqui, a transição de Russell do livro “*The Principles of Mathematics*” para o

⁷⁰De agora em diante, PoM.

artigo “*On Denoting*” a respeito do entendimento de expressões denotativas. Mas, em termos gerais, pode-se dizer que um dos problemas que levou ao abandono da teoria dos conceitos denotativos deve-se a admissão de objetos intencionais problemáticos como conceitos denotativos/significados. (Cf. Felice, 2006, p.105)

Nomes próprios (genuínos) e termos descritivos têm funções semânticas distintas desde a teoria dos conceitos denotativos nos PoM. A função de referir está associada a nomes próprios e a de denotar a expressões denotativas. Mas, com a diferença que, nos PoM, expressões denotativas estão associadas a entidades chamadas de significados. Devido a problemas na sua teoria dos conceitos denotativos, são expostos ao longo de OD, mas, principalmente, no ‘Argumento de *A Elegia de Gray*’, esta teoria é abandonada. Devido aqueles problemas, Russell retoma sua teoria da referência direta do significado nos PoM. Só que, agora, ela aplica-se também a expressões denotativas. O significado de cada predicado que compõe uma descrição é o *sense datum* que ele representa. No entanto, a descrição possuirá significado no contexto de cada proposição em que ocorre. O uso de uma descrição definida permite o acesso mediado e indireto aos objetos por meio das propriedades contidas nelas.

Descrições definidas não têm o mesmo comportamento semântico que termos singulares. Nomes possuem significado isoladamente, a saber, o seu significado consiste no objeto referido.⁷¹ Uma asserção que contém uma descrição definida é reescrita em uma linguagem sem ambiguidade, com uma forma que explicita a ideia de existência e unicidade. As proposições contendo a coisa na posição de sujeito são decomponíveis em funções proposicionais, expressando as propriedades das coisas. Assim, não conhecemos uma única proposição de que a própria coisa seja uma constituinte.

Como vamos ver, por meio do puzzle lógico apresentado a seguir, e que está presente em OD, descrições definidas não se comportam como expressões singulares. As frases em que descrições definidas ocorrem são tratadas como expressões de proposições gerais. A descrição definida não é uma expressão denotativa autêntica e desaparece na forma analisada sendo substituída por uma articulação de funções proposicionais. Abordaremos isso mais adiante. Agora, veremos que, quando expressões denotativas são inseridas em contextos de atitudes

⁷¹Mas os nomes próprios da linguagem natural não desempenham essa função justamente por não darem garantia de referirem-se a um indivíduo. Os nomes logicamente próprios desempenhariam a função de referir-se diretamente a objetos, prescindindo de qualquer propriedade. Expressões como ‘isto’ e ‘aquilo’ desempenhariam esta função.

proposicionais, percebe-se que não é o próprio objeto que contribui para o significado da proposição.

A discrepância dos seus comportamentos em contextos de atitudes proposicionais – contextos em que descrições definidas estariam sujeitas a ambiguidade de escopo. Nestes contextos, a expressão denotativa vai ter seu significado determinado pelo contexto do proferimento em que ocorre. Vejamos as duas situações a seguir em que ocorre ambiguidade de escopo.

- (1) Scott é o autor de Waverlay
- (2) Scott é Scott
- (3) George IV quis saber se Scott era o autor de Waverlay
- (4) George IV quis saber se Scott era Scott

As expressões ‘Scott’ e o ‘autor de Waverlay’, onde ocorrem, contribuem com o indivíduo Scott para a possibilidade do proferimento em (1). No entanto, ao fazer-se a substituição (2), ter-se-á que proferimentos de identidade não são informativos; o que não é o caso de (2). A teoria da referência indireta do significado também é corroborada, quando aquela expressão denotativa é substituída por Scott em contextos oblíquos. Mais uma vez, neste caso, temos que algo a mais que a denotação contribui para o significado da expressão denotativa.

A condição da possibilidade da asserção de uma identidade verdadeira em (2) é que as duas expressões denotativas que ladeiam o sinal de igualdade estejam relacionadas ao mesmo objeto. E a condição para (1) seria a mesma que para (2)? A resposta é não, pois há uma diferença de valor cognitivo entre as asserções em (1) e (2). A segunda é uma identidade trivial, pois apenas diz-nos que um objeto é idêntico a si próprio. A primeira é uma identidade verdadeira que nos informa algo a respeito do mundo.

A condição para a asserção da identidade informativa em (1) é a associação à expressão denotativa do lado do sinal de igualdade, a entidade chamada de significado, além do objeto designado. A expressão denotativa em (1) está associada a um significado, que denota o mesmo objeto em (2), isto é, Scott. Com isto, a asserção de identidade ‘Scott é o autor de Waverlay’ torna a expressar uma informação relevante sobre o mundo.

Agora, veja-se como a distinção entre significado e denotação poderia resolver o problema lógico referente a proposições inseridas em contextos epistêmicos. Expressões denotativas que têm a mesma referência podem ser intersubstituídas em uma proposição sem mudança no seu valor de verdade. Porque o que é relevante para determinar o valor de verdade de uma proposição seria a referência das expressões denotativas.

Por exemplo, considere-se a proposição verdadeira “George IV sabe que Scott era Scott”. O nome ‘Scott’ poderia ser substituído pela expressão denotativa ‘o autor de Waverlay’ sem alterar o valor de verdade desta proposição; visto que ‘Scott’ e o ‘autor de Waverlay’ são a mesma pessoa. A sentença resultante dessa substituição seria “George IV sabe que Scott era o autor de Waverlay”. Esta sentença resultante da substituição, no entanto, pode ser falsa.

Neste caso, expressões denotativas não podem ser intersubstituídas sem mudança no valor de verdade da proposição como se pressupôs inicialmente. A explicação para isso é que a referência da expressão denotativa ‘o autor de Waverlay’ não é a mesma em contextos epistêmicos, ou seja, não é o planeta Vênus, mas os diferentes significados que essas frases denotativas expressam. Por isso, quando as expressões denotativas ‘a estrela da manhã’ e ‘a estrela da tarde’ são intersubstituídas, há mudança no valor de verdade da proposição.

Os problemas lógicos apresentados acima mostram que uma teoria referencial do significado não seria suficiente para explicar o uso de expressões denotativas. O conteúdo semântico dessas expressões não se esgota na sua referência; caso contrário, haveria falha na substituição de termos correferenciais. Os contra exemplos ao princípio de substituição *salva veritate* podem ser explicados através da distinção entre sentido e referência de expressões denotativas. |Seguindo a teoria dos conceitos denotativos, na proposição “George IV sabe que Scott é o autor de Waverley”, temos como constituinte um conceito denotativo expresso pela frase denotativa ‘o autor de Waverley’, enquanto o próprio indivíduo ‘Scott’ é constituinte da proposição “George IV sabe que Scott é Scott”.

Russell mostra que não pode ser a distinção entre sentido e referência de frases denotativas que explica a possibilidade de um tipo de pensamento⁷². Russell, assim como

⁷²Russell afirma que o problema lógico sobre enunciados inseridos em contextos epistêmicos não pode ser resolvido por meio da distinção entre significado e denotação. O que é relevante para se determinar o valor de verdade da proposição George IV desejava saber se Scott é o autor de *Waverlay* é o significado de ‘O autor de *Waverlay*’, e não a sua denotação. No entanto, o complexo denotativo “O autor de *Waverlay*” que permite denotar o significado da expressão ‘O autor de *Waverlay*’ não é constituinte daquela proposição, e sim, o significado de ‘O autor de *Waverlay*’. Mas, como se viu, a expressão “o significado de ‘o autor de *Waverlay*’” utilizada para falar sobre o significado que a expressão ‘O autor de *Waverlay*’ expressa, fala sobre a denotação de ‘O autor de *Waverlay*’. Com isto, apenas a denotação da expressão ‘O autor de *Waverlay*’, ao que parece, é

Frege, utiliza a distinção entre sentido e referência para explicar aqueles enigmas lógicos em PoM. Em OD, esta distinção é eliminada e dá lugar à teoria das descrições. As razões que o levaram a abandonar aquela distinção são apresentadas nos oito parágrafos de OD denominado de ‘O argumento de ‘A Elegia de Gray’.

O sentido e o significado são nomeados linguisticamente por frases denotativas, por exemplo, em proferimentos com atitudes proposicionais. Mas expressões denotativas também devem nomear o sentido e o significado de modo que ele tenha o papel lógico de denotar a denotação. Como já se viu anteriormente, asserções de identidade agregam conhecimento sobre o mundo, porque o significado tem a propriedade lógica de denotar, ou seja, de ser sobre algo que não ele mesmo.

A relação entre significado e denotação envolve certas dificuldades, porque falar diretamente sobre significados, através do uso de uma expressão linguística, preserva a conexão entre significado e denotação, mas torna significado e denotação uma e a mesma entidade (RUSSELL, 2005, p.486). Devido à propriedade lógica de denotar do significado, ou seja, a propriedade do significado de ser sobre algo que não ele mesmo, ao falar-se diretamente significados nomear-se-á a denotação do significado.

O uso de expressões linguísticas que expressam indiretamente significados não pode ser uma explanação para a relação lógica de denotar entre significado e denotação (RUSSELL, 2005, pp.486-487). Neste caso, o significado e a entidade que o denotou seriam entidades completamente diferentes, inexistindo qualquer conexão entre elas. Disto, Russell concluiria que não há como especificar significados de maneira que eles tenham a propriedade lógica de denotar. E, portanto, a distinção entre significado e denotação deveria ser abandonada.

Frases descritivas contribuem com o complexo quantificacional para a satisfação das condições de pensamento em contextos de atitudes proposicionais. A análise lógica mostra que não é uma sentença de identidade. Russell sustenta que, para resolver o puzzle de identidade, deve-se recusar que a frase descritiva ‘o autor de *Waverley*’ é uma expressão referencial genuína. A expressão denotativa “o autor de *Waverley*” não significa “Scott”, nem mesmo alguma entidade subsistente chamada de sentido/significado. Aquela expressão

relevante para a verdade da proposição supracitada, deixando sem solução problema lógico sobre enunciados inseridos em contextos epistêmicos.

denotativa significa “o valor de x para o qual ‘ x escreveu *Waverley* é verdadeira”, a saber, uma função proposicional⁷³ que deve ser verdadeira para, pelo menos, um valor de x .

...quando dizemos ‘o autor de *Waverley* foi Scott’ queremos dizer “um único homem escreveu *Waverley* e ele foi Scott. Aqui a identidade está entre uma variável, isto é, um sujeito indeterminado (ele), e Scott; “o autor de *Waverley*” desapareceu na análise, e não mais aparece como componente da proposição. (RUSSELL,1957, p.250)

“Descrições definidas não contribuem para o significado das frases em que ocorrem com constituintes genuínos (seja com o objeto descrito ou com o que Russell chamou, em sua antiga teoria da denotação, conceito denotativo.)” (FELICE,2006, p.105). O enigma de sentenças de identidade, assim como o enigma concernente a contextos não extensionais, é solucionado por meio da análise lógica de descrições. Na análise a seguir, a descrição desaparece da posição de sujeito e não é mais constituinte da sentença. Não sendo mais um constituinte genuíno da proposição, a descrição não contribui para o significado das frases em que ocorre, seja com um significado/conceito denotativo, seja com uma denotação. A sentença de ‘identidade’ informativa “O autor de *Waverley* foi Scott” possuiria a seguinte análise lógica: “ $(\exists x) ((Wx \ \& \ (x=s) \ \& \ (y) (Wy \rightarrow y=x))$ ” em que ‘ s ’ (Scott) e ‘ W ’ (o autor de *Waverley*). A verdade daquela sentença é constituída por uma conjunção de três sentenças: (1) pelo menos uma pessoa escreveu *Warverley*; esta sentença afirma existência. (2) Não há mais do que uma pessoa que escreveu *Waverley*; esta sentença limita o número de existentes a um único. (3) Se alguém foi o autor de *Waverlay*, ele foi Scott; esta sentença identifica ‘o autor de *Waverley*’, seja ele quem for, com Scott. Após análise, a descrição definida desaparece sendo substituída pela conjunção de três funções proposicionais. Isto acontece por que termos descritivos não são termos genuinamente referenciais.

As sentenças inseridas em contextos oblíquos como ‘George IV deseja saber se Scott é o autor de *Waverley*’ podem ter duas interpretações. Há duas formas ou estruturas lógicas que não são equivalentes, subjacentes àquela sentença acima. A análise lógica mostra que não fica claro quais são os indivíduos concernentes à crença de George IV. Mas que esta crença não é certamente sobre o que a expressão denotativa refere. Estas formas são as seguintes:

⁷³“Uma função proposicional é, na verdade, uma expressão contendo um ou mais componentes indeterminados tais que, quando lhes são atribuídos valores, a expressão se trona uma proposição”. (RUSSELL,1966,p.150)

- (1) Existe um e somente um homem que escreveu Waverley e George IV deseja saber se Scott era esse homem. Esta sentença reescrita em linguagem formal: $\exists x (\forall y (Ayw \leftrightarrow y=x))$ e George IV desejava saber se $x=s$);
- (2) George IV deseja saber se existe um e somente um homem que escreveu Waverlay e Scott era esse homem. George IV desejava saber se $\exists x (\forall y (Ayw \leftrightarrow x=y))$ e $x=s$);

Na análise acima, a gramática da sentença não coincide com a sua estrutura lógica. A sentença constitui-se, na verdade, em uma predicação instanciada por um ou mais predicados de um indivíduo. Um objeto é identificado por meio da satisfação de certos predicados. A substituição, por exemplo, do nome ‘Júlio César’ por alguma descrição associada a este nome revela o verdadeiro sentido do julgamento “Júlio César foi assassinado”. O nome Júlio César pode ser substituído, por exemplo, pela descrição “o homem cujo nome era Júlio César”. O pensamento que se exprime nesse julgamento é “um único homem era chamado Júlio César e este foi assassinado”.

Aqui, o nome próprio Júlio César já não ocorre e o julgamento é totalmente reduzido a componentes que conhecemos por contato, isto é, os conceitos e particulares.

Nisto *Júlio César* é um som ou forma que conhecemos, e todos os outros componentes do julgamento (desprezando-se o tempo de verbo em “era”) são *conceitos* que conhecemos. Assim o nosso julgamento é totalmente reduzido a componentes que nos foram apresentados, mas Júlio César em si deixou de ser componente desse julgamento. (RUSSELL, 1957, p. 245)

“Para entender em que consiste o alegado descritivismo de Russell – a concepção de que nomes ordinários comportam-se logica e semanticamente - podemos voltar as linhas iniciais de “*On Denoting*””. “Todo pensamento deve começar pelo conhecimento de trato (*acquaintance*); mas ele é bem sucedido em pensar acerca de muitas outras coisas das quais não temos conhecimento de trato.” (RUSSELL, 1978, p.4)

O princípio da *acquaintance* não pode ser interpretado de maneira absoluta. Segundo já vimos, é quase impossível acreditar que se possa fazer um julgamento sem saber o que estamos julgando naquele princípio (Russell, 1957, p. 241). A possibilidade de estar-se em *acquaintance* com fatos mesmo que não se conheça todos os seus constituintes das proposições que os expressam é considerada por Russell (WISHON, 2012, p.35). Isso pode ser demonstrado pelos casos de fenômenos contínuos em *Nosso conhecimento do mundo exterior*. Mas antes vejamos em que se constitui o que denominaremos de, agora em diante, a ideia aceita de *acquaintance*.

A relação de *acquaintance* proporciona conhecimento isento de erro na ideia aceita de *acquaintance*. Aquela relação direta entre um sujeito e um objeto é “uma relação em que o objeto não pode aparecer ao sujeito diferente do que ele é, como ele é na realidade” (HICKS, 1919, p.171).⁷⁴ Para Wishon (2012, p.41), Russell não defende essa ideia aceita de *acquaintance*: “Tudo que nós podemos subsequentemente descobrir são verdades ou fatos sobre a cor vermelha, incluindo fatos sobre sua natureza” (TYE, 2009, p.143).⁷⁵

O conhecimento direto e imediato de um dado do sentido é certo e seguro na ideia aceita de *acquaintance*. “[...] os dados dos sentidos que constituem a aparência da minha mesa são coisas com as quais tenho contato, coisas imediatamente conhecidas por mim exatamente como são” (RUSSELL, 2008, p.108). O objeto de consciência, como uma cor, não pode parecer diferente daquilo que ele é; posto que o conhecimento que dela temos é imediato: “No que toca ao conhecimento da própria cor (como distinto ou oposto ao conhecimento de quaisquer verdades a respeito dela) conheço a cor de maneira *completa, perfeitamente*, logo que a vejo; e nem até teoricamente me seria possível o conhecê-la melhor” (RUSSELL, 2001, p.56, grifo nosso).

Nesta relação direta não há possibilidade de erro até porque ainda não se dá a formulação de juízos a este nível de conhecimento. O juízo e o erro surgem apenas quando se passa do conhecimento por experiência direta (*acquaintance*) para o conhecimento por descrição onde o conhecimento direto, inferido, e derivado toma a forma de proposições que exprimem crenças. (MARTINS, 1972, p.409)

A questão da verdade e do erro surge em relação aos nossos julgamentos. A *acquaintance* ocorre ou não ocorre, não é passível de verdade ou falsidade. Contudo, “ao passar da percepção ao juízo (...), neste processo, é possível cometer um erro” (Ibid., p. 196). Verdades sobre a cor podem ser falsas, pois os objetos de julgamento podem não estar relacionados da maneira que os concebemos.

Russell (2001, p.56) afirma que “conheço a cor de maneira completa, perfeitamente, logo que a vejo.” Essa ideia consiste em que, por exemplo, a *vermelhidão* é completamente dada em uma experiência visual em condições normais. No entanto, a concepção exposta aqui é que existe a possibilidade de não estarmos plenamente conscientes, por exemplo, da

⁷⁴“a relation in which the object cannot appear to the subject to be different from what, as a matter of fact, it is” (HICKS, 1919, p.171).

⁷⁵“All we can subsequently discover are truths or facts about the color red, including facts about its nature” (TYE, 2009, p.143).

aparência de uma cor, isto é, podemos não a experiência de uma cor como algo que nos discriminadamente apresentado. Russell exemplifica pedindo que comparemos dois tons de cor, um azul e o outro verde. A diferença entre essas cores é evidente, até o momento em que a cor verde começa a modificar-se gradualmente. O verde transforma-se gradualmente, primeiro, em um azul-verde, em seguida, em um azul-esverdeado, depois em azul.

A relação de *acquaintance* não assegura ao sujeito a impossibilidade de identificar erroneamente o seu objeto de pensamento e fala. A possibilidade do conhecimento por *acquaintance* ser falível está exposta de maneira explícita no caso dos fenômenos contínuos (RUSSELL, 1966, pp.98-117). Esses casos mostram que “a natureza dos dados dos sentidos não pode servir de argumento para provar que não são eles compostos de natureza mutuamente externas” (RUSSELL, 1966, p.111). Isto envolveria o conhecimento de verdades.

Os casos dos fenômenos contínuos mostram que os dados sensíveis aparecem para nós de maneira que não é possível distinguir se eles são constituídos de componentes externos ou internos.⁷⁶ Os casos mostram, de maneira geral, “que nossa capacidade para discriminar é ultrapassada por mudanças nos itens ou qualidades que nós experienciamos, de modo que nós poderíamos erroneamente concluir que não há diferenças ou limites entre eles.” (WISHON, 2012, p.39)⁷⁷. A aparência da cor vermelha não é conhecida completamente por nós na *acquaintance*. Para conhecermos por completo a cor vermelha, nós precisamos conhecer que sua aparência é “assim-e-assim”, ou seja, por descrição.

A experiência imediata não pode comprovar que dois *sense data* A e B são idênticos ou distintos nas suas qualidades, isto é, a diferença entre A e B não é um dado imediato dos sentidos. As aparências de A e B, sendo diferentes, deveriam aparecer diferentes aos nossos sentidos. Existem, no entanto, mudanças nos dados sensíveis que passam despercebidas, como vimos anteriormente. A natureza dos dados sensíveis não serve de argumento para provar que não são eles compostos de unidades mutuamente externas (RUSSELL, 1966, p.111). Esse argumento consiste em “... se A e B forem dados imediatos, e A difere de B, o fato de diferirem não pode ser um dado imediato” (Ibid. p.111). O conhecimento das qualidades dos objetos sensorialmente percebidos requer o conhecimento de verdades sobre esses objetos. “O “conhecimento a respeito de” é conhecimento de proposições e não exige

⁷⁶“A doutrina das relações internas afirmava que cada relação entre dois termos exprime, originalmente, propriedades intrínsecas dos dois termos e, em última análise, uma propriedade do todo que os dois compõem” (RUSSELL, 1960, p.41).

necessariamente o conhecimento imediato dos constituintes das proposições” (RUSSELL, 1978, p.111).

Retomemos ao exemplo anterior de outra forma, considerando três faixas de tonalidades de cor x , y e z . A faixa “ y não pode ser idêntico a x e a z , embora seja indistinguível de ambos” (RUSSELL, 1978, p.95). Pode-se dizer que x e y são idênticos se $x S z$ sempre implicar $y S z$, e vice-versa. A presente tonalidade da cor de x pode, agora, ser definida como a cor comum a todas as faixas y , que são tais que tudo que é indistinguível de x em cor também o é de y , e vice-versa, de tal modo que toda faixa é distinguível tanto de x quanto de y ou de nenhum dos dois. (...) Nossa definição supõe, em sua segunda cláusula, que toda faixa de cor z possa ser comparada, com todo y indistinguível de x . Neste caso, jamais poderemos saber se duas faixas x e y têm ou não a mesma tonalidade. Com isto, não poderíamos dizer que temos conhecimento infalível de um dado do sentido como uma cor.

Considerem-se três tonalidades de cor x , y , e z ; e “ S ” representando a indistinguibilidade da relação entre uma faixa de cor e outra. “Jamais podemos saber se duas faixas de x e y têm a mesma tonalidade” (RUSSELL, 1978, p.95). A unicidade dos objetos dos sentidos não pode ser inteiramente pressuposta, em primeiro lugar, porque a *indistinguibilidade* da relação entre as faixas de cor x e y não implica a identidade entre elas. A identidade é transitiva e a indistinguibilidade não o é. “Ou seja, dadas três tonalidades de cor x , y , z , existindo em três faixas visíveis, podemos ter $x S y$ e $y S z$, mas não $x S z$ (RUSSELL, 1978, p.95)”. Disto, segue-se que $x \neq z$, $y \neq x$ e $y \neq z$, ou seja, “ y não pode ser idêntico a x e a z , embora seja indistinguível de ambos (Ibid. p.95)”. O conhecimento por *acquaintance* não nos isenta do equívoco, visto que, em uma primeira instância, y é igual a x . Mas, como vimos, y pode ser diferente de x .

O conhecimento por *acquaintance* consiste na relação da mente com certos objetos chamados pelos intérpretes de “objetos russellianos”. Estes objetos têm uma característica especial, tal que o sujeito não falharia em identificá-los em diferentes circunstâncias. Por exemplo, não é o caso – segundo a interpretação tradicional de *acquaintance*- que o sujeito estaria em uma relação de *acquaintance* com os mesmos objetos em diferentes ocasiões sem perceber que não são um e o mesmo. A experiência fornece o conhecimento que um *sense data* ‘ a ’ é numericamente igual a ‘ b ’. Mas, o fato de um *sense data* ser ou não qualitativamente igual a outro só pode ser fornecido pelo conhecimento de verdades, que é passível de erro.

Como já vimos, o uso de descrições permite-nos ter crenças verdadeiras sobre o mundo sem ter conhecimento direto daquilo que se crê. No entanto, surge a questão: quais as garantias que se pode fornecer de modo que o conhecimento descritivo seja considerado conhecimento (vimos acima que, para o conhecimento por *acquaintance*, não há garantia de infalibilidade). A fim de tentarmos fornecer essa resposta, exporemos brevemente o que Russell (1912) entende por conhecimento.

A definição de conhecimento como crença verdadeira é problemática. Uma crença verdadeira pode muito bem ser deduzida de uma crença falsa. Um homem pode crer com verdade que o nome do último primeiro ministro começa com a letra B, apesar dessa crença ser deduzida da crença falsa de que o último primeiro ministro foi Sr. Balfour. Na verdade, o último presidente do ministério foi Henry Campbell Bannerman. Crença verdadeira não pode definir conhecimento, pois se pode saber que uma proposição *p* é verdadeira por pura sorte ou coincidência.

Também não pode ser chamado de conhecimento uma crença verdadeira que é invalidamente deduzida de crenças verdadeiras. Conhecimento também poderia ser denominado aquilo que é validamente deduzido de premissas verdadeiras. No entanto, não bastam que as premissas sejam verdadeiras para que se tenha conhecimento, também devem ser conhecidas. Um indivíduo que crê verdadeiramente que o nome do último primeiro ministro começa com a letra B pode chegar a conclusões válidas a partir desta premissa. Mas não se pode dizer que ele conhece a conclusão de suas inferências válidas, pois ele não conhece a premissa da qual partiu sua conclusão.

Conhecimento pode ser aquilo que é validamente deduzido de premissas verdadeiras que são conhecidas. Esta definição de conhecimento é circular, pois pressupõe que já se compreenda o que sejam “premissas conhecidas” (RUSSELL, 2008, p.193). Porém, ela pode ser aplicada ao gênero de conhecimento chamado de derivado. “Conhecimento derivado é o conhecimento validamente deduzido de premissas conhecidas intuitivamente” (RUSSELL, 2001, p.128). As crenças intuitivas possuem diferentes graus de autoevidência. Aquelas crenças que possuem o mais alto grau de autoevidência são garantia infalível de verdade. Os outros graus não oferecem garantia infalível, mas graus menores ou maiores de autoevidência correspondentes aos seus graus de fidedignidade: “[...] os graus mais elevados merecem maior confiança que os graus mais baixos” (RUSSELL, 2008, p.198). “Podemos dizer que uma verdade é auto-evidente, no primeiro sentido, que é o mais absoluto, quando temos contato com o fato que corresponde à verdade.”

Os erros nos raciocínios da matemática também não são improváveis. A conexão entre as premissas e a conclusão pode ter um grau pequeno de autoevidência em cada passo do raciocínio (Ibid., p.198). Por exemplo, o raciocínio $2+2=4$, esse raciocínio possui o mesmo grau de autoevidência do que o raciocínio lógico que o derivou. Mas, “...a verdade de algumas equações complicadas derivadas de maneira similar pode ser muito menos evidente, dependendo talvez das circunstâncias (...). Logo, tal como a verdade de teoremas matemáticos pode ser experienciada como mais ou menos evidente, a verdade que nós atribuímos a crenças empíricas podem ser experienciadas como mais ou menos certas.” (CAREY, 2009, p.35-37) A definição de conhecimento que é validamente deduzido de premissas verdadeiras que são conhecidas também é demasiado restrita, pois não abrange as crenças verdadeiras que não são produzidas por um processo lógico.

Russell considera outras maneiras, além da inferência lógica pela qual podemos passar de uma crença a outra. Esse é o caso das crenças produzidas pela leitura. Essas crenças são derivadas do conhecimento dos dados dos sentidos chamados “ver as letras impressas” (Ibid., p.194). Por exemplo, a crença de que o leitor “*sabe* que o jornal anuncia a morte do rei”. O leitor infere essa crença a partir do conhecimento intuitivo que se baseia no “conhecimento dos dados dos sentidos derivados de olhar para a folha impressa que dá as notícias” (Ibid., p.193).

Aquele tipo de inferência, que consiste em passar da folha impressa para o seu significado, chama-se inferência psicológica. “Ao que acreditamos firmemente, se for verdade, chama-se conhecimento, desde que seja intuitivo ou inferido (lógica ou psicologicamente) de conhecimento intuitivo do qual se segue logicamente.” (Ibid., p.199). Essa é a definição de conhecimento mais precisa que se poderia alcançar. A linha que divide opinião provável⁷⁸ de conhecimento não é clara; estas duas noções parecem que se misturam.

O conhecimento é uma questão de grau: “Encontra-se o mais alto grau nos fatos da percepção e na força da convicção dos argumentos simples. O grau seguinte a este se acha nas lembranças vívidas.” (RUSSELL, 1958, p.187). Em todos esses casos, há o tipo de autoevidência que é garantia absoluta de verdade. No entanto, como vimos, o erro é possível ao passar-se da percepção ao juízo. Logo, temos de admitir que conhecimento derivado seja o que for que resulta de conhecimento intuitivo, ainda que por mera associação, desde que

⁷⁸Conhecimento, para Russell (1960, p.84), “não é uma concepção precisa”, mas algo que se funde em “opinião provável”. Russell (1912/2001) “define “opinião provável” de tal modo que não é possível ter uma opinião provável falsa, o que parece implausível. (...) O mesmo acontece no desenvolvimento da ciência: muitas teorias científicas que mais tarde descobrimos que são falsas eram conclusões razoáveis, partindo dos dados então disponíveis aos cientistas”.

exista realmente uma conexão lógica válida, e desde que a pessoa em questão possa tornar-se ciente desta conexão por reflexão (RUSSELL, 2008, p.194,). Além da inferência lógica, a inferência psicológica pode ser usada como meio de obter conhecimento derivado. “... a maior parte daquilo que se passa por conhecimento é opinião mais ou menos provável” (RUSSELL, 2008, p.199).

Admitiremos, então, tais inferências psicológicas como meios de obter conhecimento derivado, desde que exista uma inferência lógica suscetível de ser descoberta que seja paralela à inferência psicológica. Isto torna a nossa definição de conhecimento derivado menos precisa do que poderíamos desejar, suscetível de ser descoberta é uma expressão vaga, não nos diz quanta reflexão pode ser necessária para fazer a descoberta. (Ibid., p.194)

Uma crença verdadeira pode ser inferida de uma crença ou crenças que lhe garantem um maior grau de credibilidade. Uma crença com grau moderado⁷⁹ de credibilidade pode adquirir mais alto grau de credibilidade dentro de um sistema⁸⁰ de crenças. A opinião provável é algo em que acreditamos firmemente, mas não é conhecimento nem erro; ou então acreditamos hesitadamente porque não possui o mais alto grau de evidência.

⁷⁹ “Mas esse argumento depende da possibilidade de se variarem os graus de credibilidade intrínseca, não sendo, portanto, uma pura teoria da coerência” (RUSSELL, 1958, p.187).

⁸⁰ Dinis (1995, p.67) afirma que Russell retoma, aqui, a teoria da verdade como coerência depois de ter privilegiado a teoria da correspondência em seu detrimento. Mas Russell (1958, p.186) afirma: “A teoria da coerência e a teoria instrumentalista são habitualmente expostas pelos seus patronos como teorias da *verdade*. Como tal, estão sujeitas a certas objeções que apresentarei algures. Estou considerando-as agora como teorias do *conhecimento* e não como teorias da verdade. Sendo assim, há ainda algo mais para se dizer sobre elas”.

CONCLUSÃO

Desenvolvemos, nesta dissertação, a distinção entre conhecimento por *acquaintance* (contato) e conhecimento por descrição como fontes de conhecimento. Uma das motivações é explicar como podemos compreender proposições cujos conteúdos transcendem nosso contato. A relação entre aquelas duas espécies de conhecimentos, respectivamente, é estabelecida por meio do seguinte princípio: todo conhecimento envolve a relação direta do sujeito cognoscente com alguma entidade, mesmo que o conhecido seja conhecido por descrição.

As coisas sobre as quais não se pode pensar diretamente; pode-se pensá-las como satisfazendo alguma descrição, composta exclusivamente de itens com os quais se tem *acquaintance*. A relação de *acquaintance* possibilita o uso eficaz de uma expressão da linguagem. O significado das palavras que usamos não é meros ruídos, porque designa algo que podemos conhecer, identificar dentre as demais coisas. Este é, em termos gerais, o princípio de *acquaintance* russelliano. Este princípio demanda que se conheça, identifique aquilo sobre o qual se pensa ou fala, se nós pensamos ou falamos com entendimento. Alguém não conseguiria fazer um julgamento sem conhecer o que está sendo julgado.

Seguindo a teoria descritivista do significado, podemos identificar um objeto através de um conjunto de propriedades a ser satisfeito por ele. Mas que se fundamenta, em última instância, em uma propriedade do tipo relacional: a *acquaintance*. O conhecimento por *acquaintance* é algo que nós estamos diretamente conscientes, sem qualquer processo de inferência.

A *acquaintance* ‘revelaria’, por assim dizer, as aparências dos objetos aos sujeitos. Se uma mente pode conhecer o que ela pensa, unicamente por identificar os objetos perante ela, então, nós devemos, muitas vezes, não conhecer aquilo que pensamos. O caso dos fenômenos contínuos mostra que a palavra ‘conhecimento’ na noção de conhecimento por *acquaintance* não poderia ter uma conotação tradicional. A saber, o conceito de infalibilidade poderia não se aplicar ao conhecimento de coisas, em relação ao conhecimento de verdades, que depende da noção referencial de significado fornecida pela noção de *acquaintance*. Esta noção de conhecimento também não acarreta infalibilidade.

O contato pode ser entendido como correspondendo à exigência de alguma informação relevante acerca dos objetos para o uso competente de um termo. Efetivamente, segundo este princípio russelliano, não há compreensão de uma proposição completamente

analisada sem que haja contato com cada um de seus constituintes. Os termos simples, que constituem a descrição, são átomos linguísticos, que são genuinamente referenciais. O sentido desses termos coincide com o próprio objeto referido. Os termos genuinamente referenciais têm significado por meio do objeto extralinguístico que representam no mundo.

Vimos que a *acquaintance* é uma relação experiencial fundamental que possibilita fazer referência a objetos no mundo chamados de “objetos russellianos”. Ademais, vimos que existe uma relação entre aquele tipo fundamental de cognição e o conhecimento de verdades sobre coisas. A *acquaintance*, no entanto, não garante o conhecimento genuíno dos objetos, a saber, de sua identidade de aparência. Em enunciados de identidade, por exemplo, alguém não poderia deixar de identificar que ‘a’ é ‘b’. Nós temos contato experiencial com uma classe de objetos e suas características. Este contato experiencial fornece-nos condições de direcionar nossa atenção àqueles “objetos russellianos”. A consciência destes objetos experienciados coloca-nos em condições de selecionar informação. E é a partir destas informações selecionadas que se formam as condições de identificar as características que um objeto deve unicamente satisfazer um pensamento sobre eles.

A sensação já não é mais considerada conhecimento e não fundamenta mais um conhecimento por experiência direta com a adoção do monismo neutro em *The Analysis of Matter*. O sujeito tem uma relação chamada consciência de um objeto, por exemplo, um remendo de cor. A sensação consiste num evento mental, enquanto a cor, que é chamada dado do sentido, é distinta da sensação nos *Problemas da Filosofia*. As sensações substituem os dados dos sentidos como últimos constituintes do mundo. As sensações que formam o objeto científico não são puras, são filtradas e organizadas pelos métodos da ciência, isto é, não apreendemos as sensações separadamente, descoladas do contexto em que se encontram.

A formação do objeto não está vinculada ao sujeito, mas às sensações, que não são físicas nem mentais. As sensações farão parte da construção do objeto, embora não participem da sua constituição. Os constituintes últimos da matéria seriam dois tipos de agrupamento de particulares, a saber, uma classificação física ou “coisa”, (entendida aqui como uma *série de coleções* de coisas momentâneas compreendidas como um agrupamento matemático) e outra psicológica (uma *coleção de séries*). A matéria tem um caráter matemático, especialmente em termos de conjuntos.

Esses objetos construídos, que são a base de nosso julgamento, são, por vezes, vagos. As diferenças entre os perceptos implicam diferenças entre os estímulos, ou seja, se uma pessoa ouve dois sons ao mesmo tempo, dois estímulos fisicamente diferentes atingiram seus

ouvidos. Existe mais ou menos uma relação um a um entre o percepto e o seu estímulo, isto é, *um* processo físico atinge nossos ouvidos e causa *uma* sensação de som.

A teoria causal para definir percepção e explicar o conhecimento das proposições da física. A relação causal entre percepto e construto infere-se pela identidade de estrutura entre um e outro em diferentes ocorrências. Por exemplo, a relação causal entre uma sombra e o objeto do qual é sombra. Se alguém estiver à borda de um vale profundo e estrito com outras pessoas, terá dificuldades em julgar qual sombra pertence a cada pessoa. Mas se essa pessoa fizer algum tipo de movimento e a sombra fizer o mesmo, identificará que a sombra é dele. A identidade de estrutura entre o indivíduo e o seu percepto (sombra), em algumas ocorrências, faz concluir que há uma relação causal entre eles.

A noção de semelhança de estrutura entre percepto e sua causa tem considerável importância na inferência ao mundo físico, mas não nos fornece conhecimento infalível, de tal maneira que os estímulos levemente diferentes podem ocasionar percepções indistinguíveis. O que podemos inferir da percepção é a semelhança entre ela e o mundo físico através da semelhança de estrutura entre a percepção e os objetos. Russell não demonstra que percepções têm causas externas com a teoria causal da percepção. Podemos ter uma percepção de vermelho, mas não podemos afirmar, com certeza, se essa percepção veio de um objeto vermelho. O máximo que se pode dizer com aquela teoria da percepção é que a causa de uma sensação possui estrutura semelhante ao seu efeito.

Aquela limitação exposta anteriormente para o nosso conhecimento está contida na noção de “erro provável”. Por exemplo, a relação matemática que relaciona um objeto físico a um percepto pode ser de muitos para um e não de um para um. Um efeito que ocorre longe de um “sujeito” pode ter sido causado por diferentes estímulos. Perceptos indistinguíveis não têm estímulos exatamente semelhantes. Essa situação revela-nos algo que estávamos a procura, a saber, de que há uma falibilidade intrínseca presente no conceito de experiência. Mas que apesar dessa falibilidade, pode-se almejar uma objetividade, ainda que limitada, na experiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bosi. Revisão da Tradução e tradução dos novos textos por Ivone Castillo Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ALBUQUERQUE, João Benjamin Valença. **O Deontologismo e problema da justificação epistêmica**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. 2006

ALMEIDA, Cláudio. **Russell on the foundations of logic**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998.

AYER, Alfred Jules. **As Ideias de B. Russell**. Trad: Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. SP: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

BALDWIN, Thomas. From knowledge by Acquaintance to knowledge by causation. In:

BORCHATE, Denise; GALLINA, Albertinho. A Gênese da teoria das descrições. **Literarius**. v.12, n.2, maio/ago. 2013.

GRIFFIN, N. (Ed.). **The Cambridge Companion to Bertrand Russell**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003

BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N.G. **Enciclopédia de termos Lógico-Filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BURDZINSKI, Júlio César. **Os Problemas do Fundacionismo**. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 115, Jun/2007, p. 107-125.

CAREY, Rosalind; ONGLEY, John. **Historical Dictionary of Bertrand Russell's Philosophy**. Published in the Press, 2009.

CARTWRIGHT, Richard. Russell and Moore, 1898-1905. In: GRIFFIN, N. (Ed.). **The Cambridge Companion to Bertrand Russell**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p.108-127.

CAREY, Rosalind; ONGLEY, John. **Historical dictionary of Bertrand Russell's philosophy**. Published in the Scarecrow Press, Inc. pp. 95-116, 2009.

CHIBENI, Silvio Seno. Russell e a noção de causa. **Principia** 5 (1-2): 125-147, 2001.

COSTA, Rogério Soares da. **O problema de Gettier e o ceticismo**. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2011.

DINIS, Alfredo. **Os Problemas da Filosofia de Bertrand Russell**. São Paulo: Editora Contraponto, 1995.

DUTRA, Luiz Henrique de A. **Verdade e Investigação: O problema da verdade na teoria do conhecimento**. São Paulo: EPU, 2001.

EAMES, Elizabeth R. **Bertrand Russell's Theory of Knowledge**. New York: George Brazillier, 1969.

ETCHEVERRY, Kátia M. Dissertação de Doutorado. **O Fundacionismo Clássico Revisitado na Epistemologia Contemporânea**. Porto Alegre. 2009

_____. **A teoria da justificação epistêmica de Laurence Bonjour**. Porto Alegre. Intuito, V.2 - No.2, Outubro 2009, pp.38-45.

FELICE, Giovani Godoy. Nomes e Descrições: De um ponto de Vista Russelliano. **Dissertatio** [23], 91-113, inverno de 2006.

GRIFFIN, N. (Ed.). **The Cambridge Companion to Bertrand Russell**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p.420-448.

HYLTON, P. The Theory of Descriptions. In: GRIFFIN, N. (Ed.). **The Cambridge Companion to Bertrand Russell**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 202-240

HICKS, G. Dawes; MOORE, G. E.; EDGEL, Beatrice; BROAD, C.D. Symposium: Is there "Knowledge by acquaintance"? **Aristotelian Society Supplementary**, pp. 159-220, 1919. v. 2.

KREMER, Michael. The Argument of "On Denoting". **The Philosophical Review**, vol. 103, nº 2, p. 249-297, Abr. 1994

LOPES, Arthur Viana. Três Defesas do Externalismo Epistêmico. Dissertação de Mestrado. João Pessoa. 2010.

LUZ, Alexandre Meyer. **Conhecimento e justificação: Problemas de Epistemologia Contemporânea**. 1ª ed. – Pelotas: NEPFIL online 2013. 278p. Série Dissertatio - Filosofia 2.

MAGALHÃES, Thiago Lobato de. **Considerações sobre o problema de Gettier**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MARTINS, Antônio. Conhecimento e Experiência no Empiricismo de Russell. **Revista Portuguesa de Filosofia**. Vol. 28. Mês: Out.-Dez. 1972.

MURCHO, Desidério. Introdução. In: Russell, Bertrand. **Os Problemas da Filosofia**. Lisboa: Ed. 70, 2008.

OLIVA, Alberto. **Teoria do Conhecimento**. RJ: Zahar, 2011.

PEREIRA, Valnázia da Mata. **A teoria do Juízo de B. Russell**. Dissertação de mestrado- Universidade Federal da Bahia, Departamento de Filosofia, Salvador, 2004.

ROLLA, Giovanni. **Conceitos de conhecimento no debate contemporâneo: internalismo e externalismo**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre. 2013.

RUSSELL, Bertrand. **Misticismo e Lógica**. Trad: Wilson Veloso. SP: Comp. Ed. Nacional, 1957, 231p.

_____. **A análise da matéria**. RJ: Zahar, 1978.

_____. **Os Problemas da Filosofia**; Trad: Desidério Murcho. Coimbra: Almedina, 2008.

_____. **O Conhecimento Humano: suas finalidades e limites**. 1º vol. Trad: Leônidas Contijo de Carvalho. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1958, 269p.

_____. **O Conhecimento Humano: suas finalidades e limites**. 2º vol. Trad: Leônidas Contijo de Carvalho. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1958, 313p.

____. **Meu Pensamento Filosófico**. Trad: Brenno Silveira. SP: Ed. Comp. Nacional, 1960, 228p.

____. **Nosso Conhecimento do Mundo Exterior: estabelecimento de um campo para estudos sobre o método científico em filosofia**; Trad: R. Haddock Lobo. São Paulo: Ed. Nacional, 1966, 186p.

____. Funções Proposicionais. In:____. **Introdução à Filosofia da Matemática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, p. 151-160.

____. **A Análise da Mente**. Trad: Antônio Cirurgião. RJ: Ed. Zahar, 1976, 229p.

____. **Significado e Verdade**. Trad: Alberto Oliva. RJ: Ed. Zahar, 1978, 309p.

____. **Análise da Matéria**. Trad: Nathanael C. Caixeiro. RJ: Ed. Zahar, 1978, 391p.

____. Da Denotação. In:____. **Ensaio Filosófico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978(a). (Os Pensadores)

____. Da Natureza Da Familiaridade. In:____. **Ensaio filosófico**. SP: Abril Cultural, 1978(b). (Os Pensadores)

____. **Os problemas da filosofia**; Trad: Desidério Murcho. Coimbra: Almedina, 2008.

SARTORI, Carlos Augusto. **Sobre a viabilidade do Fundacionismo Epistêmico moderado**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, Porto Alegre, 2006.

STEINLE, W. **Estudos sobre o realismo estrutural**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TYE, Michael. Conscienciueness, Seeing, and Knowing. In: **Consciouness Revisited: Materialism without fenomenal concepts**. 2009, 249p.

WISHON, DONAVAN. **Russellian Acquaintance and Phenomenal Concepts**. (Dissertação de doutorado em Filosofia). Departamento de Filosofia da Universidade de Stanford, Março de 2012. 286f.

WHITEHEAD, A. North and RUSSELL, B. Incomplete Symbols. In: **Principia Mathematica**. Reimpressão da 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press , 1997. v.1.